



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DEHIST

LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARIA TEREZA DE MELO CAVALCANTI

**FLECHAS E PUNHAIS: AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS
ENTRE OS INDÍGENAS ATIKUM E OS CANGACEIROS NA
SERRA DO UMÃ NO SERTÃO PERNAMBUCANO (1922-1938)**

RECIFE

2021

MARIA TEREZA DE MELO CAVALCANTI

**FLECHAS E PUNHAIS: AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS
ENTRE OS INDÍGENAS ATIKUM E OS CANGACEIROS NA
SERRA DO UMÃ NO SERTÃO PERNAMBUCANO (1922-1938)**

Monografia apresentada à Disciplina de **Trabalho de Conclusão de Curso II** como requisito parcial para obtenção do título de Graduada no Curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mariana Albuquerque Dantas

Coorientadora: Prof.^a Ms. Élcia de Torres Bandeira

RECIFE

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C376f Cavalcanti, Maria Tereza de Melo
Flechas e punhais: as relações socioculturais entre os indígenas Atikum e os cangaceiros na Serra do Umã no Sertão pernambucano (1922-1938) / Maria Tereza de Melo Cavalcanti. - 2021.
68 f. : il.
- Orientadora: Mariana Albuquerque Dantas.
Coorientadora: Elcia de Torres Bandeira.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2022.
1. Indígenas Atikum. 2. Cangaço. 3. Sertão de Pernambuco. I. Dantas, Mariana Albuquerque, orient. II. Bandeira, Elcia de Torres, coorient. III. Título

MARIA TEREZA DE MELO CAVALCANTI

**FLECHAS E PUNHAIS: AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS ENTRE OS
INDÍGENAS ATIKUM E OS CANGACEIROS NA SERRA DO UMÃ NO
SERTÃO PERNAMBUCANO (1922-1938)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Graduanda, no Curso de Licenciatura Plena em
História no Departamento de História da
Universidade Federal Rural de Pernambuco.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Mariana Albuquerque Dantas

Coordenadora do Departamento de História da Universidade Federal Rural de
Pernambuco (Orientadora)

Prof.^a Dra. Marcília Gama da Silva

Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Rural
de Pernambuco (Examinadora Interna)

Prof.^o Dr. Edson Hely Silva

Professor no Centro de Educação/Colégio de Aplicação da Universidade
Federal de Pernambuco (Examinador Externo)

RECIFE

2021

Para Abi e Milu, minhas eternas cãopaneiras;

Para Mateus, meu sobrinho;

Para Soledade, Morgana, Ricardo e Adilson (*in memoriam*), meus pais;

Para Rafael e Marianna, meus irmãos;

Para meus amigos, que me auxiliaram em toda jornada.

AGRADECIMENTOS

“Continue a nadar”, era a frase mais comum dita por Dory, personagem do filme “Procurando Nemo”. Durante a graduação essa sentença ecoou por diversas vezes em minha mente. Para mim significava que, independentemente do caminho que estivesse sendo percorrido, era preciso continuar. É um lema que levo para vida, acreditando que não podemos desistir de nossos sonhos.

Sou imensamente grata, primeiramente a Deus, por ser minha âncora em todo o tempo, por me sustentar quando me encontrei perdida em um vasto oceano de questionamentos e medo. O meu caminho é trilhado sob sua Luz Eterna e pela sua misericórdia, que me amparam sem cessar.

Agradeço muitíssimo as minhas incríveis orientadoras, Mariana Albuquerque Dantas e Élcia de Torres Bandeira, por toda atenção, paciência, incentivo e carinho. Por cada orientação, pelos momentos de dedicação ao meu trabalho e por cada indicação de leitura, como também pelas sugestões pertinentes para melhoria da pesquisa, por todas as oportunidades de olharem por outras perspectivas a construção dessa monografia e por todo incentivo que foi me dado, sendo assim, deposito aqui os meus imensos agradecimentos.

Ao querido professor Edson Hely Silva, primeiramente por ter aceitado o convite de participar da banca, como também pela disponibilidade para me ajudar na pesquisa, logo no começo, enviando-me e-mails com documentos, entrevistas e materiais, os quais que me auxiliaram não só para entender o contexto indígena, assim como novas perspectivas sobre a História do Cangaço. Obrigada, professor, pela disponibilidade e atenção.

À querida professora Marcília Gama da Silva, pelo aceite em compor a banca, por todas as incríveis aulas e por todas as preciosas conversas pelos corredores do CEGOE, as quais sempre eram um prazer estar presente, fossem estas tratando sobre História ou conversando sobre a vida. Levarei seus conselhos e sua simpatia por onde for. Gratidão pelos ensinamentos e pela oportunidade de ser sua aluna.

Aos professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que, de forma precisa, auxiliaram minha trajetória por meio das discussões

importantes em sala de aula, e me orientaram na idealização da pesquisa. Sem deixar suprimida a figura de Joyce, da Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História, a qual foi e é de suma importância para o departamento. Esta é uma pessoa que auxiliou meus primeiros passos quando entrei no curso e sempre esteve disponível para nós discentes. Como também todos os funcionários da nossa “Ruralinda”, que em todo o tempo estavam à postos para nos ajudar, principalmente aos que integram o CEGOE. Por fim, agradeço à UFRPE, que foi a minha segunda casa durante a minha formação, por essa eu só tenho amor e gratidão.

Aos amigos que fiz durante a graduação, com quem pude discutir diversas vezes sobre inúmeros assuntos, podendo compartilhar as angústias e as alegrias durante os períodos da graduação, esses são: Ermírio, Kerol, Rafael, Raul, Taylor e Vinícius, e em especial a Kerol, que trouxe leveza ao período EaD, fortalecendo nossos laços.

Não poderia deixar de agradecer a Roger, meu amigo e *personal trainer*, que me ajudou não só com os treinos, como também com as conversas e os conselhos. Sendo um dos momentos em que eu gastava energia e relaxava ao mesmo tempo, além de discutir sobre os percalços do caminho e sobre o trabalho.

Agradeço também aos meus amigos que torceram por mim, apoiando-me e acompanhando ao longo desse trajeto, ajudando-me de inúmeras formas. Ailton, Ana Cecília, Igor, Márcio, Rafael, Rayane e Rháyra, por todos os aperreios, desabafos e pelas várias versões que pedi para lerem durante a escrita deste trabalho, pela paciência e compreensão de sempre. Em referência a este momento, como bem canta Milton Nascimento, “amigo é coisa pra se guardar, debaixo de sete chaves dentro do coração”.

À Abi e Milu, minhas eternas cãopanheiras, as quais estiveram comigo durante toda a jornada de noites acordadas. Por estarem sempre perto e me protegerem de uma forma tão especial e única, a pesquisa também é de vocês.

À minha incrível família, pela compreensão dos momentos em que não pude estar presente, por todo o apoio para que esse trabalho se tornasse possível. Principalmente a mainha (Soledade), que é meu porto seguro, minha

esperança de dias melhores, minha bússola, oferecendo-me suporte sempre que precisasse, assim como à Dade, que esteve cotidianamente comigo durante esse período, cuidando de mim e da minha família. É essencial agradecer a Ricardo, o meu pai, pelos conselhos e conversas que me foram valiosos, à Morgana, minha segunda mãe, por todas as leituras, ensinamentos e sugestões; por todos os momentos de atenção doados para mim, e ao casal por me acolherem como filha, me dando tanto amor e carinho. Ao meu irmão, Rafael, que me ajudou no aprendizado da língua estrangeira e tradução. À Marianna e Victor, que vibraram comigo em cada discreta vitória e me deram suporte quando estive em Recife durante a graduação. E, por último, mas não menos importante, ao meu querido sobrinho Mateus, que me trouxe vida e alegria nos momentos em que eu já estava sem forças para continuar, me trazendo leveza, risadas e muito aprendizado.

O trabalho também é de todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que se tornasse possível. A todos que ao longo da pesquisa me apoiaram e acreditaram junto comigo, não me permitindo desistir.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar as relações entre o povo indígena Atikum e os bandoleiros no período lampiônico, entre 1922 a 1938, época quando Virgulino Ferreira da Silva, de codinome Lampião, chefiava um dos maiores bandos de cangaceiros nos sertões nordestinos. Buscamos, assim, compreender os processos que constituíram essas interações, apontando as dinâmicas vivenciadas por esses dois grupos, levando em consideração que o contexto sociocultural do período em questão indicava algumas das razões para o estabelecimento dessas relações. A Serra do Umã é o espaço privilegiado de análise por ser uma localidade historicamente habitada por indígenas e que, no início do século XX, foi refúgio para cangaceiros.

Palavras-chave: Indígenas Atikum. Cangaço. Sertão de Pernambuco.

ABSTRACT

The current study sought to analyze the relationship between the Atikum Indigenous people and the bandits of the Lampionic Period, between 1922 to 1938, time when Lampião, was heading one of the biggest gangs of 'social bandits' in the Northeast Hinterlands. In this way, we seek to understand the processes that built those interactions, pointing the dynamics lived by those two groups, taking in consideration that the social context of the period in question indicates some of the reasons for the establishment of those relationships. The Umã Sierra is a space of privilege to analyze because it's historically inhabited by indigenous people and, in the beginning of the 20th century, it was a refuge to 'social bandits'.

Key-words: Atikum Indigenous. Brazilian Northeastern Social Bandits. Pernambuco's Northeastern Hinterland.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO UM: OS <i>PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO</i> VIVENCIADOS PELOS POVOS INDÍGENAS NO SERTÃO PERNAMBUCANO	18
1.1 O território Atikum-Umã: a Serra do Umã e as relações socioculturais	22
1.2 Os movimentos dos aldeamentos dos indígenas Atikum nas serras no Semiárido nordestino.....	25
1.3 Os <i>processos de territorialização</i> dos indígenas Atikum Umã.....	28
CAPÍTULO DOIS: O FENÔMENO SOCIAL DO CANGAÇO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO, UM MOVIMENTO NÔMADE E AS INFLUÊNCIAS DO CORONELISMO E DOS COITEIROS	32
2.1 Os poderosos da terra, o surgimento do cangaço e o imaginário no Sertão.....	33
2.2 As relações no Sertão e o cangaço de Lampião.....	39
2.3 Estratégias de sobrevivência, os coiteiros e as tropas volantes	42
CAPÍTULO TRÊS: A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS ENTRE INDÍGENAS E CANGACEIROS NO SERTÃO DE PERNAMBUCO ..	47
3.1 Nos recortes de jornais: os embates entre as forças volantes e os cangaceiros na Serra do Umã	48
3.2 O bandoleiro “Serra Uman”: os contatos entre os cangaceiros e os indígenas Atikum.....	51
3.3 Confrontos na Serra do Umã, perseguições aos cangaceiros e o declínio do cangaço de Lampião	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
FONTES.....	62
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo foi analisar as relações entre indígenas e cangaceiros no Semiárido pernambucano, buscando entender as motivações que levaram ao estabelecimento dessas interações. O estudo se inclui em uma linha de pesquisa interdisciplinar, possibilitando, por meio dos diálogos entre Antropologia e História, compreender os processos, os eventos históricos e as implicações nas situações vivenciadas pelos indígenas no Sertão pernambucano, sendo necessário, nesse contexto, realizar um estudo social acerca destes dois grupos e as suas múltiplas interações socioculturais com o espaço. Para tanto, o enfoque desta pesquisa foi discutir essas relações durante o “período lampiônico”, que se estendeu de 1922, quando Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião, iniciou as suas atividades como líder de um grande grupo de cangaceiros, até 1938, momento quando o mesmo e parte de seu bando foram assassinados após serem surpreendidos pelas tropas volantes¹ na Grota de Angicos, em Sergipe.

Os espaços no Sertão de Pernambuco foram sendo construídos, desde o período colonial, através das relações entre indígenas e não indígenas, por meio dos conflitos, das ocupações territoriais, das aldeias indígenas e, também, das fazendas de gado, bem como por meio das relações socioculturais. O ambiente sertanejo era um espaço rico em interações, o que favorecia as permanentes trocas socioculturais entre os diversos grupos que habitavam a região. Dessa forma, as relações entre indígenas e cangaceiros na Serra do Umã² se estabelecem ao longo do século XX, sendo observada a dialética de vivência

¹ As Tropas Volantes foram uma Força Pública policial do Estado para a repressão do fenômeno social do Cangaço. Ver: ALBUQUERQUE, André Carneiro de. **Capitães do fim do mundo**: as tropas volantes pernambucanas. (1922-1938) – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Autografia: Recife – PE: EDUPE, 2016.

² Na documentação analisada foram encontradas três grafias utilizadas para referenciar a Serra do Umã. No decorrer do texto, utilizaremos a grafia “Serra do Umã”, mais atual, quando for necessário fazer referência à região. Entretanto, as formas “Serra Uman”, “Serra Umã” ou “Serra do Uman” aparecem com frequência nas documentações, sendo estas mantidas quando citados trechos dos documentos.

entre esses grupos quando os indígenas Atikum³ forneceram abrigo aos cangaceiros do bando de Lampião.

A frequência dos encontros entre os cangaceiros e os Atikum era consequência de condições objetivas, como as perseguições das tropas volantes, por exemplo. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que era uma situação construída a partir de possibilidades, por meio das necessidades inseridas em uma rede de relações e de trocas de múltiplos sentidos. Sendo assim, o coito voluntário (abrigo) fornecido pelos Atikum aos cangaceiros e o contexto sociocultural da época são indicadores do estabelecimento de interações entre esses dois grupos.

O estudo acerca das relações entre indígenas e cangaceiros no Semiárido de Pernambuco torna-se relevante principalmente quando levamos em consideração a escassez dos documentos que abordam esta temática. Existem, ainda na atualidade, lacunas sobre a interação entre esses dois grupos, por exemplo, como ocorreu e por quais motivos. Nessa perspectiva, o estudo teve como intento compreender e relacionar essa conexão, observando as peculiaridades da região e também a pluralidade sociocultural do território.

Os contatos entre os Atikum e os cangaceiros foram observados na Serra do Umã, atualmente localizada no município de Carnaubeira da Penha, no Sertão de Pernambuco, a cerca de 482 quilômetros da capital pernambucana, Recife. Durante a década de 1920, a Serra estava situada nos limites dos municípios de Floresta do Navio⁴ e Salgueiro. Sendo importante ressaltar que, nesse período em questão, ocorriam diversas violências, destacando-se os intensos conflitos entre as famílias Novaes e Ferraz (FERRAZ, 2004).

A Serra do Umã era habitada originalmente pelo grupo indígena Atikum-Umã e por quilombolas de Conceição das Creoulas, o local era visto como uma fortaleza natural, por se tratar de um lugar que possui uma inclinação acentuada com o seu topo aplainado (FERRAZ, 2012, p. 96). No periódico *Jornal Pequeno*,

³ O mesmo ocorre com a grafia “Atikum” ou “Atikum-Umã”, mais atuais, que serão utilizadas para referenciar os povos indígenas. No entanto, a outra grafia “Aticum” aparece com frequência nas documentações e na historiografia, sendo referenciada assim quando forem citadas por meio dos trechos dos documentos.

⁴ Atual cidade de Floresta, em Pernambuco.

que circulava em Pernambuco durante os anos de 1898 e 1955, encontramos informações indicando que a Serra do Umã tinha “um verdadeiro clima europeu”⁵, diferenciando-a das demais regiões no Semiárido, por oferecer aos seus habitantes “vantajosas condições de conforto”⁶.

Entretanto, esse território também era visto como um lugar de refúgio para os fugitivos na região do Semiárido. Os habitantes na Serra muitas vezes foram apontados de maneira generalizante pelos sertanejos da época como pessoas “perigosas” ou “criminosas”, desconsiderando que a Serra do Umã, muito antes, era ocupada por diversas etnias. Entre os séculos XVII e XVIII, por exemplo, é possível observar a presença de povos indígenas na região, vivenciando um *processo de territorialização*⁷ que os antepassados de Umã construíram naquele espaço.

A imagem da Serra do Umã como um local para fugitivos foi construída por documentos elaborados à época, nos quais consta que, em fins do período oitocentista, o banditismo se intensificou na região. À vista disso, fez-se necessária a criação de uma força policial específica capaz de reprimir, combater e solucionar o cangaceirismo⁸ no Sertão pernambucano (MELLO, 1985). Como resultado, no começo do século XX as tropas volantes travaram sucessivos enfrentamentos ao Cangaço, como é constatado por meio de um *Boletim Diário* da Polícia Militar de Pernambuco:

Tenho a satisfação de dizer que tal acontecimento foi um dos feitos de maior valor praticado no interior do Estado, pela nossa eroica Força Pública.

Bandidos em número superior sabiam que o sargento José Saturnino e Manoel Netto de modo que chegaram lugar propriedade em absolucta vantagem para elles, esperavam

⁵ Ver em: Gente Criminosa. **Pequeno Jornal: Jornal Pequeno**, Recife, 8 de jan. de 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=%22serra%20uman%22%20%22canga%C3%A7o%22&pagfis=44875>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

⁶ Ibidem.

⁷ Ver: OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

⁸ De acordo com Hobsbawm, o cangaceirismo era composto por bandidos rurais, que andavam em grupos e viviam armados, nômades que percorriam o Semiárido nordestino, desde o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Dessa forma, o bandido rural se referia a um inimigo não só do Estado, mas da ordem legal, mesmo que pudesse contar com a simpatia de parte da população sertaneja (HOBSBAWM, 2010, p. 21).

força em campo raso e de surpresa receberam as primeiras descargas, travando-se luta verdadeiramente encarniçada durante algumas horas. Após o tiroteio grupo foi encontrado romando direção Serra Uman [...] (ALBUQUERQUE, 2016, p. 71).

Nessa perspectiva, os cangaceiros seguiam em direção à Serra em busca de possíveis cuidadores para aqueles feridos nos combates e de proteção contra as ações das volantes. Durante o período estudado a região da Serra do Umã foi “um verdadeiro abatedouro de policiais”, dada as particularidades territoriais supracitadas da Serra, que dificultavam o acesso das volantes àquele território onde “tropas experientes encontraram seu flagelo” (ALBUQUERQUE, 2016, p. 71).

Existem importantes fontes acerca do fenômeno do cangaço e a respeito dos povos indígenas no Brasil durante a primeira metade do século XX. Entretanto, é pertinente ressaltar as lacunas a respeito das relações entre os indígenas e os cangaceiros, como, por exemplo, as razões dessas terem se estabelecido na Serra do Umã. Diante da escassez de estudos sobre esta temática, a pesquisa tornou-se relevante devido a contribuição para de alguma forma ampliar os debates sobre a temática em tela.

O presente estudo foi baseado em uma discussão historiográfica fundamentada nos diálogos entre Antropologia e História, a exemplo de antropólogos como Ana Cláudia Marques (1999), que contribui na discussão sobre as relações socioculturais e econômicas da região do Sertão de Pernambuco, bem como, sobre a figura de Lampião, e João Pacheco de Oliveira (2004), que auxilia na compreensão dos *processos de territorialização* vivenciados pelos povos indígenas. Além disso, para entender a História Indígena e as mudanças ao longo da História do Brasil, recorreremos aos estudos dos historiadores Carlos Fernando dos Santos (2015) e Maria Regina Celestino de Almeida (2010), e a Luiz Bernardo Pericás (2010), que apresenta análises a respeito da estrutura do mandonismo local das regiões sertanejas atingidas pelo cangaço. A pesquisa se baseou, também, na História do Cotidiano e nas categorias de estratégias e táticas defendidas por Michel de Certeau (2011), seguindo uma proposta qualitativa de abordagem das fontes.

O objetivo do estudo foi compreender a participação indígena na História, as trajetórias e suas organizações na Serra do Umã, bem como entender o fenômeno do cangaço a partir de seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Para isso, as obras de Marilourdes Ferraz (2012) e do historiador Frederico Pernambucano de Mello (1985) foram consultadas para compreendermos as percepções de determinados grupos sociais acerca dos povos indígenas na região, sobre os cangaceiros e os negros, principalmente daqueles que viveram na Serra do Umã.

Destarte, a pesquisa documental nos jornais da época se fará presente com o intuito de trazer à baila o cotidiano e as análises das dinâmicas sociais. Sendo de grande importância o uso de outras obras, livros e artigos que contribuem para a compreensão e a contextualização dos indígenas, dos grupos de cangaceiros, da região e das relações humanas com a região sertaneja.

À vista disso, para uma maior compreensão da questão específica das relações entre indígenas e cangaceiros no Sertão de Pernambuco, faz-se necessária pesquisas nos periódicos da época, como por exemplo *A Província*, *A União*, *Diário Carioca*, *Diário de Pernambuco* e *Jornal Pequeno* publicados durante os anos de 1923 a 1932. Cabendo lembrar que esses arquivos estão disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) e também no site da Biblioteca Nacional Digital pela Fundação da Biblioteca Nacional⁹. Neles encontramos textos, relatos e artigos do que ocorria durante o período lampiônico, pois trazem encartes específicos sobre essa temática.

Nesse sentido, é válido destacar a importância desses meios jornalísticos, visto que circulavam na época estudada e possibilitavam aos leitores o acesso a informações e notícias. A habilidade de compreender, explorar e retratar o cotidiano através dos periódicos em circulação faz do trabalho do jornalista um importante instrumento para pesquisas históricas, na medida em que auxiliam na verificação de ações e práticas da época e possibilitam, através de estudo e conhecimento, uma melhor interpretação dos processos históricos do período, suas implicações e suas complexas e intensas relações.

⁹ Disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/>>.

Sendo assim, com essa pesquisa buscamos acrescentar novas perspectivas aos estudos sociais e culturais a respeito dos povos indígenas e do fenômeno do cangaço. Nesse contexto, considerando os aspectos apresentados e estudados, pretendendo-se constatar como e por quais motivos ocorreram os laços de proximidade entre os povos indígenas e os cangaceiros em uma concepção da História Social e Cultural. Portanto, objetiva-se por meio dos apontamentos das dinâmicas vivenciadas por esses dois grupos, pelo contexto sociocultural e econômico, como também pela pluralidade cultural do Sertão pernambucano, realizar uma análise destas relações.

No primeiro capítulo, buscamos compreender os processos históricos vivenciados pelos povos indígenas no Semiárido pernambucano, propondo delinear um breve histórico acerca dessas populações, mais especificamente dos indígenas Atikum, habitantes na Serra do Umã. Por conseguinte, observamos os *processos de territorialização*, de aldeamentos, de resistência, de adaptação e da construção das relações socioculturais dos povos indígenas diante de um contexto de múltiplas violências, de ordens políticas e econômicas vivenciadas principalmente pelos indígenas.

No segundo capítulo, discorreremos acerca do fenômeno do cangaço, com ênfase ao movimento no Sertão pernambucano e a figura de Lampião, além de analisar os impactos das influências do coronelismo, da sociedade e dos coiteiros na sobrevivência do cangaço por tantas décadas na região, bem como as construções dos contatos da população com os cangaceiros. Buscamos discutir nesse capítulo um outro tema importante: o imaginário da sociedade como perpetuação do fenômeno social do cangaço, uma vez que era por meio de representações como a de “homem valente” e do modelo de coragem que os cangaceiros passavam que se corroborava o imaginário da sociedade. Além disso, procuramos ainda apresentar as dinâmicas de vivência entre diversos grupos sociais no Sertão, bem como as estratégias de sobrevivência adotadas pelos cangaceiros e as relações destes com as tropas volantes.

No terceiro capítulo, enfoque foi a discussão acerca de como as relações socioculturais entre os povos indígenas e os cangaceiros foram construídas no sertão pernambucano, procurando compreender essa perspectiva tanto através

dos recortes de jornais e dos *Boletins Diários* da Polícia Militar quanto por meio de um debate historiográfico acerca das temáticas. Para tanto, discutimos sobre o cangaceiro Serra Uman, sobre a própria Serra do Umã e sobre a perseguição policial ao cangaço e aos povos indígenas da serra, bem como sobre as múltiplas contendidas e as invasões no território.

CAPÍTULO UM: OS *PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO* VIVENCIADOS PELOS POVOS INDÍGENAS NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Os protagonismos dos povos indígenas na História do Brasil foi cada vez mais evidenciado nos múltiplos estudos realizados a partir da década de 1990. O entrelaçamento das pesquisas interdisciplinares possibilita observar uma nova perspectiva acerca dos povos indígenas, salientando as participações dessas populações nos diferentes processos históricos, tempos e espaços, enfatizando seu protagonismo e como influenciaram e vêm influenciando os direcionamentos dos processos históricos, situações sociais e políticas nos quais estão inseridos.

À vista disso, os povos indígenas participaram ativamente e de formas significativas em diversos processos na História do Brasil, agindo e criando alianças de acordo com os próprios interesses. São notáveis os papéis nos quais os povos indígenas desempenharam durante a “construção das sociedades coloniais e pós-coloniais” (ALMEIDA, 2010, p. 9), pois desde as primeiras décadas do quinhentismo da então América Portuguesa, os indígenas “não pretendiam dominar nem negar o outro, mas vivenciá-lo, relacionando-se intensamente com ele” (ALMEIDA, 2010, p. 38).

Nesse contexto, o estabelecimento das relações entre os povos autóctones e os europeus foi constituída por meio dos escambos¹⁰, das trocas e também dos casamentos e das guerras. Os embates vivenciados entre os diversos povos indígenas e as alianças com os europeus foram se intensificando, as populações indígenas mudavam seus acordos conforme as necessidades, motivações e intenções. Assim, podiam-se gerar novas alianças ou novos conflitos. Desse modo, as relações entre esses grupos era um fator que desmantelava e introduzia significativas transformações na organização social dos povos indígenas (ALMEIDA, 2010, p. 41), como, por exemplo, as escravizações, as epidemias e as guerras.

¹⁰ Entende-se aqui o escambo como “a proposta de apropriar, ao escambo, uma natureza comunicativa e uma consciência cognitiva que esclarecem os processos desempenhados pelas partes (envolvidas no escambo), mas suas diferentes dimensões (tanto das partes como dos processos), em relação à constituição do todo e em afinidade com sua própria constituição” (CONDE et al, 2014, p. 124)

Os europeus colonizaram o interior do antigo Norte¹¹ de forma paulatina. Os processos de colonização dos sertões da atual região Nordeste do Brasil foram centralizados na ocupação da terra para o investimento na pecuária. O povoamento do Semiárido¹² nordestino passou a ser intenso com a escravização dos povos indígenas e com a expansão territorial, tendo como foco a criação de gado e a mineração. Assim, o Estado português objetivava conhecer e colonizar economicamente o interior nordestino (ANDRADE, 2005). Em consequência da pecuária, era necessário estar próximo às margens dos rios, uma vez que a água seria indispensável, para a criação dos animais ou para a própria sobrevivência. Dessa forma,

Nas regiões Agreste e Sertão, atualmente denominadas Semiárido nordestino, as disputas pelos espaços úmidos e pelas fontes de água sempre foram intensas. O Semiárido é cenário de muitos conflitos entre índios, seus primeiros moradores, e os fazendeiros invasores, tratando-se de uma região que recebe pequena quantidade de chuvas, caracterizada pelos solos rasos e não raro pedregosos, vegetação da caatinga e rios intermitentes, onde ocorrem longas estiagens ou secas periódicas, muitas vezes calamitosas, agravando a qualidade dos solos e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis (SILVA, 2017, p. 260).

Portanto, por meio desses intensos embates, os indígenas organizaram formas de resistências contra os invasores nos territórios habitados, defendendo as fontes de água necessárias a vida.

¹¹ O termo Norte era bastante comum nos documentos à época, uma vez que o Nordeste até então não “existia”. E, de acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, apenas durante a década de 1920 o “espaço ‘natural’ do antigo Norte cederia lugar a um espaço artificial, a uma nova região, o Nordeste”. O país era dividido entre Norte e Sul, e a região que hoje é demarcada pelo Nordeste fazia parte do Norte. Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 51.

¹² Conhecida também como Sertão, a região com uma área extensa com aproximadamente 900mil km², corresponde a 8% do Brasil. O Semiárido abrange diversos estados como Minas Gerais e Espírito Santo, além de 86% dos estados do Nordeste. As chuvas nessa área são irregulares, se limitando a três ou quatro meses do ano, seguindo-se de um longo tempo de seca. Outrossim, o solo é raso, arenoso e rochoso, o que impede a acumulação de água, quando em períodos de chuva. Assim, a região é propensa a desertificação, sendo suas atividades basilares a pecuária extensiva e a agricultura familiar, com a finalidade de subsistência. Dados disponíveis em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

Por outro lado, ao se depararem com a resistência indígena na região, os europeus organizaram as *guerras justas* em combate aos índios de corso¹³. AS *guerras justas* tinham como objetivo exterminar as populações inimigas, garantir a escravização dos indígenas que se negavam à conversão, como também invadir os territórios indígenas a partir de artifícios jurídicos. As ações indigenistas, em decorrência dos conflitos e das invasões europeias, aconteciam habitualmente nas fronteiras de expansão da região, uma vez que as populações indígenas “mantinham sob seu controle amplos espaços territoriais (ou, inversamente ameaçavam o controle das frentes sobre estes)” (OLIVEIRA, 2004, p. 19). Dessa forma, era necessária uma política para “pacificar”¹⁴, disciplinar e também mediar as convivências entre os índios e não índios, com os aldeamentos e a instituição da tutela, exemplos de políticas indigenistas adotadas pelos invasores.

No início do século XVIII, a região do atual Nordeste foi marcada por diversos conflitos entre os povos indígenas e os europeus com a expansão da sociedade colonial por efeito da criação de gado, provocando o surgimento de fazendas, vilas e posteriormente de cidades. Esses embates foram denominados pela historiografia como “Guerra dos Bárbaros” (PUNTONI, 2002; & MEDEIROS, 2000), iniciada durante a segunda metade do século XVII e perdurando até as primeiras décadas do século seguinte, tendo sido marcada por uma intensa resistência indígena contra os portugueses criadores de gado. Em meio a esses conflitos, os indígenas se aliaram aos invasores holandeses contra os avanços portugueses para o interior. Com o desenlace da guerra, intensificou-se a escravização indígena daqueles que haviam se rebelado, enquanto a

¹³ Os *índios de corso* eram denominados aqueles que atacavam as fazendas de gados, os engenhos, entre outros locais de produção da região. Sendo necessário enfatizar que os assaltos eram praticados por povos indígenas sob ameaça, dos colonizadores, por deslocamentos e pela sobrevivência (ALBUQUERQUE, 1984, p. 30-1 *apud* GRÜNEWALD, 2004, p. 142).

¹⁴ O conceito de “pacificação” foi analisado pelo Antropólogo João Pacheco de Oliveira, “a transformação da população autóctone, antes livre e autônoma, em subalterna, processo indissociavelmente violento e arbitrário, respondeu aos interesses econômicos dominantes, como a apropriação da terra e a obtenção de mão de obra, articulada com a consolidação da classe dirigente e de uma estrutura de governo. Ela não prescindiu jamais de um processo de genocídio – chamado de forma eufemística de ‘pacificação’ – que correspondia à fabricação de um permanente estado de guerra que justificasse, na prática a completa negação de quaisquer direitos à população autóctone” (OLIVEIRA, 2016, p 17).

administração das missões de ordens religiosas, como os aldeamentos na região, foi vivenciada pelos grupos que não haviam se rebelado.

Para além disso, as populações indígenas no chamado sertão pernambucano enfrentavam três ordens de dificuldade. A primeira com os longos períodos de seca e também às cheias do rio São Francisco, força de ordem natural que eles vivenciavam e procuravam alternativas para driblá-las. As outras duas, advindas desde o período da colonização, eram de ordem econômica e política, a saber: os aldeamentos e as perseguições, com o objetivo de centralizar esses povos, de ocupar suas terras para a criação de gado e de escravizá-los (MENDONÇA et al, 2012).

Nessa perspectiva, a colonização no Semiárido nordestino enfrentou uma ampla resistência indígena. E, para compreendermos a história indígena no Brasil, “o conceito chave (...) é a resistência” (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 13). Nesse período, foram elaboradas múltiplas estratégias de resistência por diversos povos indígenas que estavam em conflitos com os europeus. Sendo importante pensar em uma “resistência adaptativa”, que torna possível a compreensão de “vários comportamentos dos índios frente aos ocidentais e o processo de metamorfose por eles vivenciados” (ALMEIDA, 2003, p. 148). Como

Estratégias semelhantes, tanto no passado remoto como na atualidade imediata, mostram como os recursos de reivindicação, protestos e revoltas categorias geralmente enfeixadas sob a rubrica da "resistências" alternam com outras opções políticas, frequentemente denominadas "colaboração" ou "acomodação". Cabe aos estudiosos da história dos índios romper com as abordagens que enxergavam na resistência apenas a reação anônima, coletiva e estruturalmente limitada. Novas leituras do espaço intermediário poderão revelar os sinuosos caminhos por onde passou e passa a resistência (MONTEIRO, 1999, p. 243).

Por meio dos aldeamentos, os povos indígenas procuravam se adaptar ao novo ambiente onde viviam, a uma nova cultura, as regras e hábitos que possibilitavam a elaboração de novas estratégias de mobilizações e também de sobrevivência diante daquela situação (ALMEIDA, 2003). Em consequência disso, diante das diversas invasões e violências vivenciadas, “as comunidades

indígenas estabeleceram relações de poder com a sociedade dominante” (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 14) como forma não só de resistir, mas também de sobreviver àquela condição que lhes foi imposta.

1.1 O território Atikum-Umã: a Serra do Umã e as relações socioculturais

O território da Serra do Umã (**Figura 1**) tem uma área com cerca de 16.290 hectares e a população estimada em 5.200 pessoas, de acordo com a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) em 2011¹⁵. Os indígenas habitam várias aldeias em uma região marcada por episódios de violência e palco de disputas políticas entre as famílias dos fazendeiros. Entretanto, é sabido que a Serra originalmente era habitada pelos indígenas Atikum e também por quilombolas¹⁶.

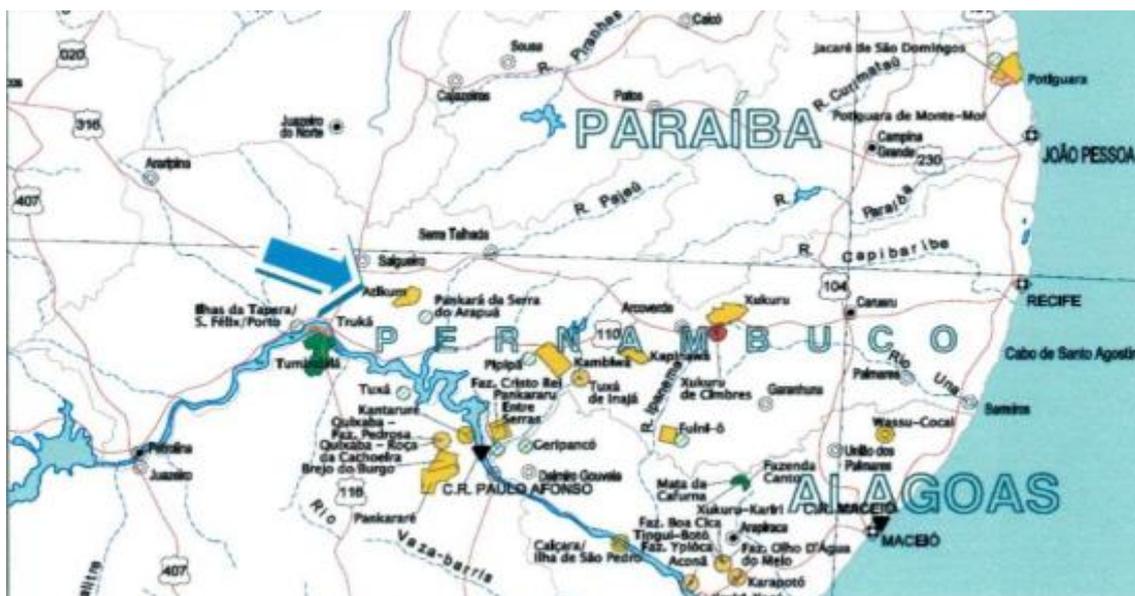


Figura 1: o mapa mostra, por meio da seta em destaque, a localização da área indígenas do povo Atikum, no Estado pernambucano. Fonte: Funai, Situação Fundiária Indígena (2000).

O espaço era visto como uma fortaleza natural, pois no lugar existia um topo aplainado e uma inclinação bastante acentuada, tornando um território de

¹⁵ Instituto Socioambiental - ISA. Povos Indígenas no Brasil - Atikum. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/atikum/160>. Acesso em 02 de out. de 2021.

¹⁶ Acerca dos negros fugidos e a existência de quilombos na Serra Negra, ver: ROSA, Hildo Leal da. **A Serra Negra:** refúgio dos últimos “bárbaros” do Sertão de Pernambuco. Recife: UFPE, 1988. (Monografia de Bacharelado em História).

difícil acesso (FERRAZ, 2012, p. 96). Sendo ressaltado ainda, as matas fechadas existentes no caminho (MENDONÇA et al, 2012, p. 87). Esses aspectos fortaleceram a proteção dos indígenas em relação aos invasores, criadores de gado e moradores na região.

A Serra do Umã também era considerada um ambiente riquíssimo, fosse pelo clima ou pelo solo, que oferecia benefícios para os habitantes, gerando cobiça e conflitos com os moradores, com os plantadores de maconha (*Cannabis sativa*) e, principalmente, com os fazendeiros criadores de gado. Como noticiou o Jornal Pequeno:

A serra dos Umans é um verdadeiro clima europeu. Temperatura agradabilíssima, sólo uberrimo, oferece a serra tantas e taes vantajosas condições de conforto aos seus moradores que elles se fixara nas suas eminencia e raramente descem [...] valentes, unidos sobre tudo na defeza da terra preciosa que disfructam jamais se deixam vencer nas justas que se tem empenhado com ambiciosos que lhe tentam invadir os dominios¹⁷

Os povos indígenas muitas vezes eram vistos como “criminosos” pelos não indígenas no período e pelos criadores de gado, uma forma de deslegitimar os indígenas.

Para além de uma terra indígena, a Serra do Umã era um espaço de quilombos históricos. Entretanto, posteriormente tornou-se também um local de disputas faccionais. No caso dos Atikum, a definição para “facções” se apresentou quando houve a introdução, por núcleos da esfera extra local, da *Cannabis sativa* dentro da área indígena e com o surgimento de lideranças políticas de oposição ao sistema administrativo da comunidade. Isso reforçou ainda mais ao povo Atikum a solicitarem o reconhecimento das terras posteriormente (GRÜNEWALD, 1993, p. 38)

Parte do território indígena estava sendo dominado por uma facção. Entretanto, a vida, durante as décadas de 1920 e 1930, período lampiônico aqui

¹⁷ Ver em: Gente Criminosa. **Pequeno Jornal: Jornal Pequeno**, Recife, 8 de jan. de 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=%22serra%20uman%22%20%22canga%C3%A7o%22&pagfis=44875>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

estudado, na Serra era difícil, devido às secas e a outras dificuldades impostas, fossem elas de ordem natural, política ou por conta das criações de gado, realizadas pela “solta de bicho”, durante esse mesmo período (GRÜNEWALD, 2003, p. 57).

Ressaltando que, além dos diversos embates dos criadores de gado com os povos indígenas, na região ocorreram múltiplas violências, das quais destaca-se aqui os conflitos beligerantes entre as famílias Ferraz e Novaes no município de Floresta (FERRAZ, 2004). Por esses motivos, o território indígena era visto como um local de esconderijo para os fugitivos daquela região. Contudo, a Serra do Umã desde o século XVII era habitada por diversos grupos indígenas (COSTA, 1951, vol. 5, p. 165-171).

Nessa perspectiva, não é possível considerar a Serra do Umã como um refúgio para fugitivos, uma vez que diversas comunidades indígenas habitavam às margens do Vale do rio São Francisco, Ribeira e também Motoxó, como os Bancararu, Carapotó, Pipipã, Rodelas, Tuxá, Umã, entre outros (MEDEIROS, 2000, p. 117). Essas populações vivenciaram um *processo de territorialização* bem como adotaram múltiplas formas de resistir aos invasores, travando embates com esses para defender seu território, e conseguindo, posteriormente, estabelecerem-se em algumas Serras no Semiárido pernambucano.

E em meio a essa pluralidade vivenciada no Semiárido nordestino, ainda em fins do século XIX observa-se o surgimento de um fenômeno não apenas social, mas também político e econômico, nessa região, o cangaço. Durante os últimos anos da década de 1870, ocorre uma grande seca no Nordeste, com grandes danos socioambientais. Nesse mesmo período quando na região ocorriam impactos com os fatores naturais no Sertão, os indígenas Atikum, para além das secas, protestavam contra o fim do aldeamento onde habitavam (SILVA, 2006, p. 10), requerendo a devolução das terras invadidas por criadores de gado (MENDONÇA et al, 2012, p. 95).

Portanto, diante de um contexto histórico marcado pelas secas, pelas perseguições e pelas políticas de violência contra os povos indígenas, o final do século XIX e o início do século XX foi um período com notáveis e múltiplos tumultos em diversas regiões no Semiárido pernambucano. Dessa forma, era

estabelecida a coexistência entre o coronelismo, o mandonismo e também o clientelismo, pelo cangaço e tantos outros aspectos sociais, como os processos e protestos vivenciados pelos povos indígenas, os saques às vilas, as invasões pela população com as secas. Nesses processos intensos e conflituosos, observa-se, no início do século XX, múltiplas relações socioculturais, entrelaçamentos de hábitos e também de costumes oriundos dos grupos étnicos que constituíram aquele espaço, marcado por uma pluralidade sociocultural¹⁸.

Nesse contexto, em meio a uma população desamparada pelas autoridades locais e também pelo Estado, na primeira metade do século XX é ocorreu o estabelecimento das relações entre indígenas e cangaceiros na Serra do Umã, com o abrigo dos indígenas Atikum aos cangaceiros, fator que indica algumas das causas para o estabelecimento dessas relações. Levando isso em consideração, faz-se necessária uma análise do fenômeno do cangaço no âmbito sociocultural, político e econômico para compreender os processos que constituíram essas relações, apontando as dinâmicas sociais vivenciadas por esses dois grupos, os Atikum e os cangaceiros.

1.2 Os movimentos dos aldeamentos dos indígenas Atikum nas serras no Semiárido nordestino

Ainda no início do século XIX, ocorreram ações de religiosos Capuchinhos italianos no Sertão pernambucano em atividades missionárias, como, por exemplo, as atuações do Frei Vital de Frescarolo, atuando entre 1801 a 1806¹⁹ na “pacificação” dos indígenas no aldeamento Olho d’Água da Gameleira, posteriormente nomeada Aldeia Olho d’Água do Padre, na Serra do Umã (COSTA, 1987, vol. 5, p. 165; 167; 171 & FRESCAROLO, 1883). Populações indígenas viviam em duas regiões dos sertões pernambucanos durante as

¹⁸ As populações no Semiárido nordestino eram compostas por múltiplos grupos étnicos: indígenas, negros e muitos outros povos.

¹⁹ Em relação ao período de fundação e ação no aldeamento Olho d’Água da Gameleira, a data não é precisa. Grünwald (1993) ressaltou o ano de 1801, como início das atividades. Pereira da Costa (1987, vol. 5, p. 165; 167; 171) apontou que foi durante os anos de 1804 e 1806 que as ações desse aldeamento tiveram início, concomitantemente às atividades do aldeamento da Baixa Verde, no Sertão do Pajeú.

primeiras décadas do período oitocentista. Uma delas era às margens do Vale do São Francisco, onde viviam os Bancararu, Rodela, Tamaqueu e Tuxá, e a outra os arredores do rio Pajeú, ocupados pelos Chocó, Oê, Pipipã e os Umã (COSTA, 1987, vol. 5, p. 165-171).

Os indígenas Umã²⁰ foram aldeados com os Volve e os Xocó. Aproximadamente em 1694, os Umã estavam na margem do rio São Francisco fugindo dos caminhos do gado (GRÜNEWALD, 2004, p. 143). Posteriormente, em 1713, encontravam-se próximos da ribeira do rio Pajeú, passando por Alagoas, em 1746, e também por Sergipe, em 1759. Em meados de 1801 estavam no aldeamento Olho d'Água da Gameleira, onde permanecem até 1819, se dispersando para o Jardim Ceará, regressando novamente em 1844 para as proximidades do antigo aldeamento. Após 1850, com a Lei de Terras²¹, e 1852, além de perderem parte das suas terras, os povos indígenas eram considerados *índios bravios*²² por parte da sociedade da época, uma vez que estes resistiam às perseguições dos não índios. De 1860 a 1880, o povo Atikum estavam se deslocando para lugares de difícil acesso, como as Serras na região, Arapuá e Umã, fugindo das perseguições.

Durante a década de 1860, o grupo Atikum foram os mais perseguidos pelos habitantes da Comarca de Floresta do Navio, ainda na época quando habitavam a Serra Negra, nos Vales dos rios Pajeú e São Francisco. Os habitantes da vila travaram inúmeros embates com expedições militares contra as populações indígenas na região, com o pretexto de que era preciso “pôr fim a ‘rebelia’ destes índios” (MENDONÇA et al, 2012, p. 88). Já os Umã, após os múltiplos confrontos vivenciados com não indígenas, em 1863 se refugiaram no aldeamento Brejo dos Padres. Entretanto, o Barão de Guararapes, Diretor Geral

²⁰ Os registros dos documentos oficiais acerca dos Umãs constam desde o início do século XVII, possuindo a grafia de várias formas: Imans, Imaus, Humaés, Humam, Humoi, Omaris, Umão, entre outros etnônimos.

²¹ Em 1849, o Governo da Província de Pernambuco criou um destacamento pela Lei de nº 247, para a incorporação da Fazenda-Grande à Serra do Umã. No artigo 3 da Lei afirma-se o seguinte: “Fica desmembrada da freguesia de Serra Talhada, e incorpora à freguesia de Fazenda Grande a serra de Uman”. *Jornal A União: Virtus unita crescit (PE)* – 1848 a 1852 – 30 de jun. 1849 – vol. II, nº 128, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222658&pesq=Serra%20Uman&hf=memoria.bn.br&pagfis=436>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

²² Existiam duas categorias de índios durante o período colonial. A primeira trata-se dos grupos indígenas aliados à Coroa Portuguesa, enquanto a segunda eram os grupos sem vínculo com a Coroa, eram considerados os “*índios bravios*” (PERRONE-MÓISES, 2006, p. 117).

dos índios da província, com José Rodrigues Moraes, relatou em um ofício ao Presidente da Província de Pernambuco a dificuldade que a presença dos Umã trazia à Aldeia e à Comarca de Floresta²³, solicitando que as devidas providências fossem tomadas quanto a esses grupos.

Posteriormente, em 1875, o aldeamento habitado pelos Umã foi extinto pelo governo da Província de Pernambuco, momento quando os índios aldeados protestaram contra essa medida, relatando, por meio de um abaixo assinado citando as invasões das terras por “pessoas estranhas” (SILVA, 2004, p. 11). A partir das movimentações dos povos indígenas e da reivindicação de direitos, observamos a organização dessas populações em relação à defesa do território, utilizando a escrita como afirmação de sua autonomia (SILVA, 2004, p. 9). A *posteriori*, os Atikum-Umã se estabeleceram na Serra do Umã sendo reconhecidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na década de 1940 (GRÜNEWALD, 2002, p. 98; & MENDONÇA et al, 2012, p. 31-4).

Diante desses múltiplos conflitos, aldeamentos e processos vivenciados pelos indígenas, alguns povos se deslocaram para outras áreas, vivenciando processos de reorganização não apenas social, mas também espacial, demográfico, sociocultural e sociopolítico. Ocorreu um *processo de territorialização* algumas das dinâmicas que foram vivenciadas pelas populações indígenas no Nordeste, definindo-o como:

(...) o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – nas colônias francesas seria a ‘etnia’, na América espanhola as ‘reducciones’ e resguardos, no Brasil as ‘comunidades indígenas’ – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 2004, p. 24).

²³ APEJE, Diverso II 19, 1861-1871. Ofício, s.n., 30 de mar. 1866. Acerca dos “índios bravios” atacando a Comarca de Floresta, folha, 99.

Portanto, esses processos vivenciados pelos indígenas Atikum definiram a etnicidade desse povo na atualidade. Essa etnicidade²⁴ pressupõe uma origem e também um percurso, um sentimento de pertença, principalmente espiritual com os antepassados (GRÜNEWALD, 2002, p. 99).

1.3 Os processos de territorialização dos indígenas Atikum Umã

Os *processos de territorialização* vivenciados pelos povos indígenas no sertão têm início no século XVII e perdurou até o século XIX. O primeiro *processo* ocorreu a partir da segunda metade do século XVII até o início do século XVIII, com as “misturas” de povos indígenas nas missões de ordens religiosas, quando foram reunidos e vivenciaram uma transformação sociocultural. Essas missões tinham “uma intenção inicial explícita de promover uma acomodação entre diferentes culturas [...] pelo processo de catequese e pelo disciplinamento do trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

O segundo *processo* de “mistura” ocorreu a partir das disposições do Diretório dos Índios, projeto assimilacionista²⁵ ao qual os múltiplos grupos étnicos foram submetidos. O projeto acarretou o incentivo de “casamentos interétnicos e a fixação de colonos brancos dentro dos limites dos antigos aldeamentos” (OLIVEIRA, 2004, p. 25).

A terceira “mistura” ocorreu no período oitocentista, mais especificamente a partir da Lei de Terras, em 1850. Com a “extinção” dos aldeamentos, as vilas, as comarcas e os municípios começaram a expandir seus territórios, incorporando os terrenos aos territórios indígenas, se estabelecendo nas

²⁴ A etnicidade construída pelos povos indígenas foi analisada a partir da conceituação de João Pacheco de Oliveira, afirmando que “supõe necessariamente uma trajetória (histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforço. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidades” (OLIVEIRA, 2004, p. 32-3).

²⁵ Entende-se o termo “assimilação” pela definição do antropólogo Rui Pereira, como um projeto cuja representação é a relação de dominação, uma vez que os aspectos da cultura dominada são transformados ou até mesmo extintos frente à cultura dominante (PEREIRA, 1986, p. 217).

cercanias e determinando o controle de terras nas regiões (OLIVEIRA, 2004, p. 25-6)

Nesse contexto, povos indígenas no Sertão pernambucano reelaboraram de forma coletiva as identidades, ações, expressões socioculturais, as suas relações com o passado e o simbolismo (BARTH, 2005, p. 24), a fim de conseguirem melhores condições de sobrevivência, como também de negociar e de combater os criadores de gado e moradores na região quando houvesse perseguição. Para tanto, foi necessária a mobilização da identidade étnica²⁶ como forma de resposta ao que estava sendo vivenciado. Esse acionamento seria “uma forma particular de organização estatal e às oportunidades políticas criadas por ela” (BARTH, 2005, p. 25).

Para os povos Atikum, Pankará e Pankararu contemporâneos, o grupo Umã é visto como o ancestral mítico e histórico desses povos indígenas (ARRUTI, 1935, p. 37-40). O povo Atikum, ou Atikum-Umã, se autodeclara “Caboclos da Serra do Umã”, uma vez que esses eram “caboclos” e “descendentes de índios”, como referência à ancestralidade, proveniente do “índio mais velho” (GRÜNELWAD, 1993), o pai não só de Atikum, mas dos índios no aldeamento do Olho d’Água da Gameleira, onde atualmente é localizada a cidade de Carnaubeira da Penha, em Pernambuco. Os Atikum defendiam “que a Serra do Umã sempre tinha sido ‘lugar de índio’” (GRÜNEWALD, 2002, p. 99), apresentando nesse contexto uma concepção de identidade não relacionada.

As primeiras menções em documentos do século XX aos Atikum são a partir da década 1940, quando ocorre o processo de etnogênese²⁷ desse povo,

²⁶ Utilizamos a definição de Clarice Novaes da Mota (2007), para quem “a identidade étnica é construída sobre sistemas culturais e ideologias, tendo pouco a ver com traços biológicos” (p. 29), como também o conceito defendido por Rodrigo Grunewald, “as identidades são muitas e se fragmentam em pertencimentos que não reconhecem fronteiras étnicas, as culturas também são dinâmicas e, como já insinuei, não automaticamente limitadas às suas sociedades ou povos específicos (2009, p. 13).

²⁷ A etnogênese ou a “emergência étnica” é bastante utilizada para descrever os múltiplos processos de formação dos grupos étnicos, como, por exemplo, as construções dos postos indígenas, de reconhecimento territorial e dos próprios processos das populações indígenas para (re)conquistarem os seus direitos, como aponta Rodrigo Grunewald (2004, p. 151). O processo de “etnogênese” para João Pacheco de Oliveira significando “em termos teóricos, a aplicação dessa noção, bem como de outras igualmente singularizantes – a um conjunto de povos e culturas pode acabar substantivando um processo que é histórico, com a falsa impressão de que, nos outros casos quando não foi tratado de “etnogênese” ou de “emergência étnica” o processo de formação de identidade estaria ausente (OLIVEIRA, 2016, p. 212).

que aconteceu juntamente com os processos de identificação e de reconhecimento de direitos e de terras. Nesse sentido, os Atikum vivenciaram um processo de etnogênese, construção da identidade étnica e do sentimento de pertencimento àquela comunidade.

À vista disso, o ato de se reconhecer como caboclo e como índio não é contraditório, uma vez que isso faz parte da formação dos Atikum na Serra do Umã. Dessa forma, esse povo vivenciou um:

Processo histórico de criação de um grupo étnico em que seus membros buscam gerar sua própria cultura, em contra distinção à cultura que flui de sua posição oprimida, (...) é uma tentativa de fazer sua própria história buscando mover-se além das condições impostas sobre eles (GRÜNEWALD, 2004, p. 155).

A procura pelo SPI ocorreu após a cobrança de impostos pela Prefeitura de Floresta como também com as invasões ao pé da Serra pelos criadores de gados (GRÜNEWALD, 2004, p. 151). Para que ocorresse o processo de reconhecimento desses povos como índios era necessário que se organizasse um ritual do Toré²⁸. Para isso, um fiscal do órgão seria enviado para validar o pedido dos indígenas garantindo tanto o reconhecimento oficial dos Atikum como índios quanto a criação de uma terra indígena naquele território (Ibidem, p. 152). O povo Atikum buscou ajuda com os parentes Tuxá, uma vez que já existia um entrelaçamento entre esses povos, como os laços matrimoniais.

Além das alianças pelas redes de relações interétnicas, foi possível observar na organização social dos povos Atikum, o sistema de compadrio. Essa associação era estabelecida por meio do batismo da criança, apadrinhada por um indivíduo que se torna compadre dos genitores, criando-se, assim, um laço de troca de favores entre os mesmos (GRÜNEWALD, 1993). Nesse sentido, o sistema de compadrio pode acontecer de duas formas, tanto para fortalecer as alianças

²⁸ Uma tradição dos povos indígenas, uma dança que vem a consagrar aquele grupo étnico. A respeito desse assunto ver: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Toré e Jurema**: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil. Cienc. Cult. vol.60 no.4. São Paulo, 2008. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400018.

étnicas já vivenciadas no núcleo do grupo como também para estabelecer novas relações com pessoas de fora das fronteiras daquele espaço.

CAPÍTULO DOIS: O FENÔMENO SOCIAL DO CANGAÇO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO, UM MOVIMENTO NÔMADE E AS INFLUÊNCIAS DO CORONELISMO E DOS COITEIROS

É possível encontrar múltiplas versões acerca da definição da palavra “cangaço”, existindo muitas teorias sobre o seu surgimento e o seu significado. Billy Chandler (1980) e Maria Isaura de Queiroz (1986), concordam que esse termo se refere “à ‘canga’ ou ao cangalho, isto é, o julgo dos bois” (CHANDLER, 1980, p. 15), provavelmente porque os cangaceiros andavam com seus rifles e armamento nas costas, assim como o boi transportava a canga. Segundo Luiz Bernardo Pericás (2010), essa palavra, desde meados do século XIX, era utilizada para se referir aos grupos armados que circulavam nas caatingas do Nordeste. Pericás se baseia nos registros do *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, elaborado por Henrique de Beaurepaire Rohan, apontando um “conjunto de armas que costumam conduzir os valentões” (ROHAN, 1889 *apud* PERICÁS, 2010, p. 14), sendo essas uma das concepções para compreender o fenômeno do banditismo nos sertões nordestinos e, conseqüentemente, o fenômeno do cangaço.

No Semiárido brasileiro, espaço onde o fenômeno do cangaço surgiu, ocorrem intensas relações sociais, acirradas com um período contínuo de secas, uma vez que os rios da região são em sua maioria rasos, com exceção do rio São Francisco. Nesse contexto, a seca se torna uma árdua realidade, de ordem natural, para as populações que habitam a região conviverem (CHANDLER, 1980, p. 17). A vegetação sertaneja e o clima são marcados por características peculiares e por sua grande variação. Como exemplo, os brejos de altitudes são regiões de umidade no interior dessas áreas secas no Sertão (ARAÚJO FILHO et al, 2000).

Na cultura popular dos sertões, é costume reconhecer-se por brejo qualquer subsector mais úmido existente no interior do domínio Semiárido; isto é, qualquer porção de terreno dotada de maior umidade, solos de matas e filetes d’água perenes ou subperenes, onde é possível produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos (AB’SÁBER, 1999, p. 14).

Esta é uma das características das serras, como as próximas Serra do Arapuá, Serra Negra e Serra do Umã. Contudo, a predominância nos espaços planos no Semiárido é a vegetação das caatingas, adaptadas ao clima sertanejo, quente e seco (ANDRADE, 1963, p. 6), com temperaturas elevadas e precipitações pluviométricas baixas.

Era em meio a esses longos períodos de seca que a sociedade no Sertão pernambucano estava se formando, com as várias doações de terras criando latifúndios e violências contra as populações indígenas, habitantes que ali estavam bem antes do processo de povoamento na região. Desde os primeiros processos de constituição das sociedades do sertão, aos indivíduos eram negados os seus direitos e também atendimento por parte do Estado. Os detentores do poder local, os fazendeiros, lidavam com os seus dependentes com “mão de ferro”, confiando algumas de suas prerrogativas aos seus vaqueiros, jagunços ou capangas, para que esses subordinados pudessem impor “mais leis e mais disciplinas” (CHANDLER, 1980, p. 20) aos outros dependentes.

2.1 Os poderosos da terra, o surgimento do cangaço e o imaginário no Sertão

A sociedade era governada por indivíduos com grandes propriedades de terra, herança do período colonial. Essa política de acesso a terras continuou tanto no período Imperial (1822-1889) quanto na Primeira República (1889-1930) e ainda permanece nos dias atuais. Nesse sentido, a figura do “coronel” era a representação da política dos homens com amplos poderes, e começou a ser utilizada após a criação da Guarda Nacional, em 1831.

O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo²⁹ –, existente tanto no

²⁹ Eram indivíduos protegidas pelos coronéis, a quem estavam subordinadas, fossem elas parentes de uma classe mais pobre, moradoras nas propriedades dos coronéis ou afilhadas

campo como nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado (FAUSTO, 2000, p. 263).

Destarte, os coronéis com o poder das suas terras e propriedades e, conseqüentemente, prestígio, tornando-se, assim, os chefes políticos das regiões sertanejas, uma vez que detendo ainda a principal atividade econômica sob seu domínio: a pecuária (CHANDLER, 1980, p. 22). Além do poder econômico advindo da terra, do envolvimento no sistema político, era comum a ampliação do poder através dos casamentos e apadrinhamentos, aumentando a família dos grandes proprietários de terra e, conseqüentemente, o controle nas mãos de poucos (QUEIROZ, 1976, p. 16-7).

Entretanto, durante meados do século XIX, com o surgimento das plantações de algodão, as sociedades dos sertões passaram por um impacto de crescimento, pois viam na cultura algodoeira uma oportunidade de mudança econômica para as populações mais pobres, a maioria na região. Nesse contexto, as produções agrícolas do algodão se tornaram apenas mais uma entre as múltiplas situações econômicas adversas. Essas migrações, temporárias ou permanentes e as secas contínuas, influenciaram a fragmentação do domínio dos latifundiários sobre os seus dependentes.

Ocorreu um aumento nas desordens e na capacidade de proteção dos fazendeiros para com as suas propriedades e para com os seus subordinados. Além disso, não se podia confiar nas instituições do Estado, notadamente enfraquecidas e ausentes no Sertão (QUEIROZ, 1976, p. 27), sendo essas ocupadas pelos “poderosos das terras” que estivessem à frente da política. Esse sistema promovia uma desorganização social, que veio a se tornar, posteriormente, uma das portas para o surgimento do cangaço na região.

É em meio a essa desorganização social, às oscilações econômicas, à instabilidade política com as facções se revezando no poder político, à incapacidade das instituições do Estado e às secas constantes, que surgiu o cangaço (SOUZA, 1972, p. 111 e 123). Dessa forma, “as secas produzem a

desses senhores de terras. Assim, “gente do coronel fulano” era a forma de identificação utilizada para se referenciar a quem os protegia. A esse respeito, ver: QUEIROZ, 1997.

suspensão dos trabalhos rurais, lançam a miséria às classes mais desafortunadas e atiram na ociosidade milhares de braços impossibilitados de ganhar os meios de subsistência” (MONTENEGRO, 1973, p.192). Com a seca da década de 1720, por exemplo, surgiram os primeiros grupos de bandoleiros em vista dos impactos econômicos e das migrações provocadas pela longa estiagem (VILLA, 2000, p. 19).

Entre os anos de 1877 e 1879 ocorreu outra seca devastadora e duradoura na região do Semiárido brasileiro, atingindo uma massa de pessoas, ainda mais dependentes dos fazendeiros locais, buscando sobreviver a esse período inclusive imigrando para a Amazônia, para se empregar na extração de borracha, ou estabeleceram residência nas regiões do litoral (CHANDLER, 1980, p. 28). Nesse contexto, a região do Semiárido nordestino passou a ser identificada como uma “região-problema”, onde a pecuária não tinha mais a relevância anterior à seca da década de 1870. Concomitantemente, na mesma década ocorreram múltiplas desordens sociais e econômicas, como, por exemplo, o surgimento do primeiro movimento de cangaço no Rio Grande do Norte, liderado por Jesuíno Brilhante.

O grupo de cangaceiros chefiado por Jesuíno Brilhante tinha uma imagem “positiva” e romântica frente a determinado grupo da sociedade (NONATO, 1970, p. 8), uma vez que o mesmo adquiriu popularidade por distribuir dinheiro e, por vezes, alimentação aos mais necessitados. Portanto, Jesuíno Brilhante se tornava diferente de Antônio Silvino e de Lampião no tocante à reputação perante a sociedade. Todavia, a família de Jesuíno tinha escravizados e frequentava a casa de grupos bem sucedidos no Rio Grande do Norte, fazendo parte do círculo de poderosos, assim, dificilmente entrava em conflito com os interesses desses grupos. Jesuíno era descendente da família Alves de Mello, fazendeiros relevantes na Paraíba com um vasto poder político e econômico na região (PERICÁS, 2010, p. 33 e 51).

O cangaceiro Jesuíno Brilhante foi uma figura que

Olhando as cenas dolorosas da fome e da sede, aquele misto de santo e de malvado comoveu-se. Jesuíno não dormia a cuidar duma maneira de diminuir tanto sofrimento. Nas várzeas

desertas, atacava os comboios dos negociantes mais abastados ou dos inimigos, tomava-os, chamava os retirantes famintos e com eles distribuía a farinha e os cereais. Do próprio bolso fazia as larguezas que podia. Até dos comboios de auxílios enviados pelo governo se apoderava, fazendo a mais equitativa distribuição. Dizia-se a 'comissão ambulante de socorros'. Perseguiu os bandidos que infestavam o sertão. Defendia os fracos das perseguições que lhes moviam. Nunca roubou nem jamais consentiu que os seus companheiros furtassem (HOBBSAWM, 2000, p. 183-4).

O citado cangaceiro tinha uma peculiaridade em relação a figuras como Antônio Silvino e Lampião em virtude da sua posição social oriunda da sua família abastada, pois não precisava roubar para sobreviver (DÓRIA, 1981, p. 39-41), mas se assemelhava com os outros líderes do fenômeno do Cangaço através do sentido de vingança pelo qual entrou no fenômeno do cangaço. Essa ideia de um cangaceiro herói que perpetuou a personalidade de Jesuíno Brilhante se deu justamente pela caracterização do historiador inglês Eric Hobsbawm, atribuindo a Jesuíno o seu tipo de banditismo rural (2000, p. 183-184).

Durante o século XIX, outro cangaceiro de bastante importância foi Antônio Silvino, que atuou nos sertões da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e também do Ceará (SOUTO MAIOR, 2001). Antônio Silvino detinha certo vínculo com o cangaço, pois alguns de seus parentes eram cangaceiros e sua família mantinha relações com os Dantas e os Baptistas, fazendeiros de influência na região onde nasceu. A figura de Antônio Silvino muitas vezes foi retratada pelo imaginário popular como "Robin Hood" (NARBER, 2003, p. 125), uma vez que o bandoleiro guardava uma parte do dinheiro para as suas empreitadas e distribuía o restante para os mais desfavorecidos. Essas ações, não exclusivas de Antônio Silvino, contribuíram para a construção da imagem do mito do cangaço. Entretanto, o cangaceiro não tinha como intenção "tirar dos ricos para dar aos pobres" (CASCUDO, 1984, p. 156), visto que não existia uma partilha com algum ideal de igualdade dos bens.

O cangaço atingiu o seu apogeu ao longo da seca de 1919. Durante esse período cerca de 25 bandos de cangaceiros agiam pelos sertões nordestinos, tornando-se "um dos períodos mais férteis à expansão do banditismo" (MELLO,

1974, p. 87). Nesse ínterim, a seca de 1919 evidenciou ainda mais o cangaço profissional, caracterizado de três formas. A primeira, o “cangaço meio de vida”, ou o “cangaço de rapina”, que é o de maior frequência, tendo Lampião e Antônio Silvino como suas figuras representativas. O segundo tipo é o “cangaço de vingança”, com Jesuíno Brilhante e Sinhô Pereira, o antecessor de Lampião, como representantes, sendo uma forma menos frequente do que o primeiro. O “cangaço de refúgio” foi o mais diferente. Era um cangaço de estratégias de defesa, do qual destacou-se o cangaceiro Ângelo Roque depois de entrar no bando de Lampião (MELLO, 1974, p. 80).

A forma de cangaço por vingança ocorria também porque “o meio obriga o indivíduo a vingar-se [...] no sertão, quem não se vinga está moralmente morto” (BARROSO, 1917, p. 59). Essa cultura da vingança foi sustentada durante muito tempo no Semiárido, sendo uma herança do período colonial, pois os excessos de violência eram comuns. Dessa forma, “em nenhuma outra região do país se pode dizer que tenha demorado mais o período de enraizamento de uma tradição violenta” (MELLO, 1985, p. 19-20). O banditismo rural é fruto da colonização dos sertões e das formas de violência praticadas contra os povos indígenas e outros grupos sociais habitantes dessa região.

É relevante enfatizar que o banditismo do Nordeste ocorreu por múltiplos fatores,

(...) de desorganização social e de conseqüente inibição das atividades repressoras, tais como, revoluções, disputas locais, agitações de fundo místico ou político ou social, lutas de família e principalmente as prolongadas estiagens, provocavam o rompimento do equilíbrio que permitia à sociedade sertaneja viver, produzir e continuar crescendo lado a lado com o cangaceiro, com base num compromisso tácito de coexistência (MELLO, 1997, p. 45). [Grifo nosso]

Nesse contexto, o cangaço foi uma soma de razões que desmantelavam politicamente e socioeconomicamente a região do Semiárido nordestino. Além disso, o imaginário da sociedade à época corroborava a coexistência por meio das utopias divulgadas sobre o modelo de coragem que os cangaceiros representavam, embora as pessoas estivessem longe de apreciar os criminosos,

mas, sim, a figura de “homem valente” que eles representavam (CASCUDO, 1984, p. 160).

A representação de coragem representada nos cangaceiros, estava enraizada no modo de pensar, por meio da literatura e do romance, entretanto, a perpetuação das atividades desses indivíduos ocorria pela ausência de controle na região, pela desorganização social, pela seca e por questões de sobrevivência. Os cangaceiros eram vistos como homens que não respeitavam a Lei, vivendo a partir dos seus próprios códigos de ética e conduta, que não eram subordinados às autoridades vigentes, fossem esses os coronéis ou mesmo o Estado. Consequentemente, o cangaço era compreendido como uma maneira de resistência, como um reflexo esquecido a uma resistência aleatória (FACÓ, 1976). Assim, devido às estratégias de sobrevivência³⁰, os bandoleiros eram vistos como bons e justos frente à parte da população.

Entretanto, os registros documentais e os múltiplos relatos acerca das atividades dos bandos de cangaceiros evidenciam uma outra perspectiva, com os casos de tumultos, saques, assaltos e extorsões, principalmente na Bahia e em Pernambuco. Além disso, em determinados períodos, os estupros, torturas e assassinatos, eram parte das rotinas violentas desses grupos de cangaceiros (PERICÁS, 2010, p. 17). Os cangaceiros não distinguem os ataques, “toda a documentação até hoje conhecida demonstra que os cangaceiros foram realmente cruéis e sanguinários, tanto com os ricos quanto com os pobres” (QUEIROZ, 1997, p. 65).

Portanto, o surgimento do Cangaço Independente está vinculado diretamente a aspectos estruturais e também conjunturais. Nos estruturais cabendo à limitação das expectativas de sobrevivência para os indivíduos no Semiárido, pois as maiores fontes de emprego na região limitavam as possibilidades e o ideal de sobrevivência às adversidades e de vida digna. Os aspectos conjunturais englobam as crises econômicas do algodão e da cana de açúcar na região, tornando ainda mais difícil as perspectivas de ter o suficiente para sobreviver. Em vista dessas condições, “o cangaço constituiu alternativas” (QUEIROZ, 1997, p. 62), um meio de vida para “escapar” desses aspectos.

³⁰ Não somente de defesa, como no caso da forma do cangaço de refúgio.

Assim, as relações construídas pelos cangaceiros ao longo do tempo com os poderosos da terra – no caso das trocas e favores –, e por meio da propagação do medo e da simpatia popular, o fenômeno do cangaço adquiriu um espaço significativo em meio a uma sociedade com carência em diversos aspectos.

2.2 As relações no Sertão e o cangaço de Lampião

As relações dos coronéis com os sujeitos de suas terras “é a de patrão e empregado” (NARBER, 2003, p. 34), à vista disso, esses vínculos foram por uma relação de troca, enquanto o coronel teria o papel de proteger os seus subordinados, os “empregados” tinham o encargo de serem leais, trabalhar e muitas vezes recorrer às armas para defender a terra e os interesses dos seus “patrões”.

Existia uma divisão entre os subordinados que trabalhavam portando armas nas fronteiras territoriais dos coronéis, a saber: os “cabras”. Eram homens comuns vivendo cercados por trabalhos agrários, mas atuavam na frente ofensiva e defensiva quando do interesse dos patrões. Os “jagunços” se diferenciavam dos cabras no aspecto de que aqueles eram homens do ofício das armas, sem interesses em atividades “pacíficas”, como, por exemplo, a plantação, podendo ser classificado como pistoleiro.

Os “capangas” eram considerados como guarda-costas do coronel. Os capangas e os jagunços eram homens que auxiliavam os coronéis quando esses entravam em conflitos com os povos indígenas, que eram uma atividade constante, na perseguição a escravizados e também nos embates contra outros latifundiários, nas rixas de família na região. Além desses subordinados, os cangaceiros, que prestavam serviços ao coronel quando em conflito não possuíam vínculo com os proprietários e atuavam na defesa dos seus próprios interesses (MELLO, 1985).

Assim, a figura do cangaceiro

Não é um fenômeno novo no complexo social brasileiro. Pode-se mesmo dizer que ele nasceu com a nação, nas correrias dos exploradores através do sertão, na caça ao índio. A insegurança e a falta de garantias para uma vida tranquila determinaram o ambiente de guerrilhas, tropelias e assaltos, que fez do sertão um campo aberto a toda espécie de truculência. [...] Os que se tornavam mercenários, ao serviço dos mais ricos, era da mesma massa daqueles que se entregavam às aventuras do cangaço (LINS, 1960, p. 44).

Nesse contexto, os cangaceiros desde o período colonial tinham uma relação nas origens dos jagunços e dos capangas contratados pelos poderosos da terra para entrarem nos conflitos de seus interesses. À vista disso, o banditismo pode ser considerado uma junção dos jagunços, capangas e dos cangaceiros, uma vez que desde fins do século XVIII era possível encontrar referências aos indivíduos vivendo “debaixo do cangaço”, mas que esses podiam ser considerados como “simples bandidos” (QUEIROZ, 1997, p. 15).

No período lampiônico, o termo cangaço referia-se a “assaltante, bandido, assassino, fora-da-lei, e também membro dos bandos que assaltavam nas estradas, fazendas, povoados e pequenas cidades, mantendo os sertanejos sob um estado de terror” (BARROS, 2000, p. 203). Dessa forma, Virgulino Ferreira da Silva transformou o significado da palavra “cangaço” que havia perdurado até a época do antecessor, o cangaceiro Sinhô Pereira. Desse modo, Lampião advém do “princípio da tradição do banditismo de honra”, entrando para o cangaço por motivo de vingança pelo assassinato de seu pai (JASMIN, 2016, p. 27).

Nessa perspectiva, em uma região com a ausência do Estado, as rixas familiares, além de sociais, eram políticas, sendo bastante comuns desde os tempos coloniais. Dessa forma, as relações conflituosas ultrapassavam o ambiente familiar, perpassando por toda estrutura política e administrativa dos sertões nordestinos. Segundo o Comandante da 2ª Companhia Independente de Policiamento,

As brigas de família são tão tradicionais no sertão de Pernambuco quanto os espinhos de mandacaru ou carne de bode assada. Aparecem de tempos em tempos, em qualquer

ponto da caatinga, e se estendem por anos a fio. A honra do sertanejo continua sendo mais importante do que a vida. E embora as velhas garruchas e espingardas soca-soca tenham sido trocadas pelos fuzis AR-15 e submetralhadoras Uzi, o componente emocional da vingança a um parente morto continua o mesmo desde 1848, quando os Carvalho e os Pereira começaram a duelar em Serra Talhada (Diário de Pernambuco, 1 de agosto de 1997 IN MARQUES, 2002, p. 420-421).

Foi justamente nesse cenário de conflitos familiares, da ausência do Estado no Sertão, das vinganças, do clientelismo, do mandonismo local e dos grandes proprietários de terra, onde a figura dos cangaceiros e principalmente de Lampião tiveram destaque durante as décadas de 1920 e 1930. Em uma região em que “o culto da honra e a vingança pelo insulto faziam parte integral do código dos sertões” (CHANDLER, 1980, p. 40).

O início do cangaço profissional de Virgulino Ferreira da Silva ocorreu depois da morte do seu pai, pois o cangaceiro tinha como objetivo vingá-lo. Após a saída de Sinhô Pereira do movimento do cangaço, Lampião assumiu a chefia, com o seu próprio bando e com os remanescentes do grupo anterior, se tornando, então, o principal cangaceiro dos sertões nordestinos. Entretanto, “embora Lampião atribuísse à vingança o motivo que o levou a entrar no cangaço, ele já vivia no banditismo havia pelo menos dois anos quando seu pai foi morto” (NARBER, 2003, p. 129).

Nessa perspectiva, as ações de Lampião ocorreram pelas discussões frequentes com a família Saturnino, vizinhos da família Ferreira em Águas Belas. A inimizade entre os Saturnino e os Ferreira se estabeleceu em 1916, após um dos moradores do terreno dos Saturnino invadir a propriedade da família de Lampião e roubar seu gado. Com as desavenças e o culto à honra e vingança existente no sertão, os homens da família Ferreira passaram a andar armados pelas cidades sertanejas, começando a partir de então a angariar fama de cangaceiros (CHANDLER, 1980, p. 41-43).

Com esses múltiplos conflitos vivenciados pela família Ferreira e com a aliança dos Saturnino com os Nogueira – família de poder e prestígio na região –, os parentes de Lampião começaram a vivenciar processos de mudanças quanto à moradia e à condição financeira. Com isso, após a morte do patriarca

da família Ferreira, Lampião e dois de seus irmãos entraram para o cangaço com intuito de vingar a morte do pai, que havia enfrentado violências da família Saturnino, na temporada em Nazaré e posteriormente em Alagoas (CHANDLER, 1980, p. 40-44).

Em 1922, Lampião tornou-se chefe de um dos maiores bandos de cangaceiros nos sertões, “sempre se proclamando como membro do banditismo de honra e de vindita” (JASMIN, 2016, p. 27). Nesse contexto, Lampião se diferenciava dos antecessores, pois se reconheceu como pertencente à sociedade tradicional e se colocou dentro do cangaço como uma profissão, como um meio de vida, mas a maior diferença de Lampião para os que o precederam se dá pela preocupação com a construção de sua imagem e em como difundi-la.

Dessa forma, “Lampião foi o primeiro cangaceiro [...] a cuidar de sua personagem” (JASMIN, 2016, p. 28). E, nessa perspectiva, a construção da imagem de Lampião ocorreu pela aproximação com os grupos minoritários no Sertão e pela oposição de determinados intelectuais no tocante às camadas dominantes (QUEIROZ, 1997, p. 67), bem como pelo tratamento às figuras de poder das regiões onde passava, pois agradar essa parte da população era uma estratégia para manter suas alianças.

2.3 Estratégias de sobrevivência, os coiteiros e as tropas volantes

Para que os cangaceiros sobrevivessem no Sertão, às atividades das forças públicas policiais, à resistência dos povoados e dos fazendeiros, entre outros aspectos, era necessário adotar medidas estratégicas, como, por exemplo, estratégias militares, de escolher os locais de conflitos, as vigilâncias e as trocas de informações. Os coiteiros, fossem esses voluntários ou não, eram fulcrais para que o fenômeno do cangaço se perpetuasse por mais de 40 anos no Nordeste, principalmente nos momentos de estabilidade do movimento no período lampiônico.

O relato do cangaceiro Antônio dos Santos, de codinome Volta Seca³¹, às autoridades enquanto esteve preso na Bahia, evidenciou a importância dos coiteiros para a extensão do cangaço: “Lampião, sem os coiteiros, é metade” (MELLO, 2018, p. 212). As relações dos coiteiros com os cangaceiros eram muitas vezes construídas através do medo, do dinheiro, da pressão ou até mesmo da simpatia pelo fenômeno do cangaço e pela figura de Lampião. Nesse contexto, as alianças com os poderosos locais eram fundamentais, pois esses detinham a política como legitimação de seu poder, enquanto os cangaceiros utilizavam as armas e seus homens para expandir seu poder. Como os cangaceiros eram nômades, precisavam estabelecer múltiplas relações no decorrer de suas trajetórias para alcançarem seus objetivos. Portanto, as relações de troca com os coiteiros e principalmente com os coronéis estavam “solidamente enraizadas na proteção e na lealdade, a sociedade rural repousava na troca de favores, de homem para homem. O coronel oferecia proteção e exigia irrestrita adesão” (JANOTTI, 1992, p. 57).

No início do período colonial o sistema latifundiário dos fazendeiros e futuros coronéis estava no apogeu. Assim, o “direito do couto” surgiu nesse período como uma forma de delegar a esses latifundiários determinada autoridade, concedida pelo Rei português. Esse direito concedeu poder aos fazendeiros para controlar as suas posses, administrando e fornecendo abrigo a qualquer pessoa de interesse do proprietário da terra. O termo “coiteiro” aqui abordado vem dessa perspectiva, da referência ao “direito do couto” (SINGLEMANN, 1975, p. 65).

A autoridade expressa pelo “direito do couto” e por meio dos coiteiros, perdurou até a Revolução de 1930, e era uma peculiaridade no Semiárido nordestino. A concentração de riquezas nas mãos dos grandes proprietários e os títulos distribuídos entre os mesmos reforçava os domínios desses coronéis nas regiões sob seu controle. A justiça e o poder, nesse contexto particular, eram estabelecidos através dos latifundiários e eram definidos por “quem tinha os mais

³¹ O cangaceiro nasceu em Saco Torto, um povoado de Itabaiana, no Estado de Sergipe, iniciou no cangaço ainda menino, com cerca de 11 ou 12 anos, por questões econômicas e até mesmo em razão de vingança, não sendo certo afirmar o motivo. “Volta Seca desempenha vários papéis importantes, distinguindo-se dos outros componentes do bando”, sendo muitas vezes considerado o braço direito de Lampião (MENEZES, 2018, p. 36).

eficazes pistoleiros” (NARBER, 2003, p. 35). Além disso, os latifundiários exerciam o papel de controladores dos subordinados, da região e também das urnas, com o “voto de cabresto”³². Dessa forma, a autoridade desses proprietários de terra era exercida nesses territórios, permanecendo até a Revolução de 1930, quando se deu uma grande limitação dos poderes dos coronéis.

Entretanto, mesmo antes da Revolução de 1930, algumas medidas começaram a ser tomadas pelo Estado, por meio dos governos locais que iniciaram as amplas campanhas “anti-banditismo” no Sertão. Da mesma forma que o cangaço se tornou uma alternativa contra os fatores estruturais e conjunturais como expostos, as tropas volantes também surgiram como uma nova possibilidade, dentro da legalidade, para ter uma expectativa de sobrevivência e até mesmo de ascensão social como também dos propósitos de vinganças pessoais, uma vez que os mesmos ingressavam, muitas vezes, voluntariamente nas forças públicas, como nos casos dos nazarenos³³ (ALBUQUERQUE, 2016, p. 90).

Em uma sociedade marcada pela violência, as tropas volantes pouco se diferenciavam dos cangaceiros nas suas ações, por possuírem as mesmas origens, habitantes da região, pelos modos de se vestirem. Por outro lado, estavam protegidos pela legalidade do Estado, que tinha por objetivo o fim do banditismo rural e principalmente do cangaço. As buscas das volantes por informações muitas vezes “significavam a destruição quase total das casas e de seus conteúdos, além de maus tratos aos seus habitantes” (CHANDLER, 1980, p. 47). Entretanto, é válido ressaltar que, para se manter por tanto tempo, o fenômeno do cangaço constantemente contava com o apoio das forças policiais, que “em certas ocasiões, podiam ser subornadas” (CHANDLER, 1980, p. 55).

³² O voto de Cabresto era bastante comum durante a Primeira República do Brasil, quando surgiu a “política dos governadores” onde os coronéis se aproveitavam desse tipo de voto para garantir as eleições por meio da relação de troca de favores entre os políticos e os coronéis, uma vez que era aberto e, de certa forma, possibilitava que os chefes políticos fraudassem as eleições. Ver: QUEIROZ, 1976, p. 182.

³³ Os nazarenos eram cidadãos do povoado de Nazaré, na Comarca de Floresta, local próximo à fazenda da família Ferreira, parentes de Lampião. Posteriormente, o espaço, que era “um ambiente de pessoas pacíficas” foi transformado, segundo relatos da população, em um espaço de rixas com a família Ferreira, transformando-se, assim, em um local de resistência contra as ações dos bandos de cangaceiros. A esse respeito ver: ALBUQUERQUE, 2016, p. 73-74.

Mesmo entre a polícia que perseguia Lampião, havia pouco entusiasmo para a tarefa. O treinamento era inadequado, e rancho e o soldo, escassos e irregulares. [...] Tanto os soldados como os oficiais eram, muitas vezes, venais, e era frequentemente, a principal fonte de abastecimento de munições de Lampião (1980, p. 64).

Além da existência de trocas entre cangaceiros e tropas volantes, os fazendeiros, que geralmente eram os chefes políticos locais, continuavam estabelecendo acordos com os cangaceiros, o que beneficiava a ambos, visto que os cangaceiros mantinham alianças e os coronéis protegiam seus territórios, existindo, assim, trocas de favores entre esses. Por outro lado, os chefes políticos locais tinham grande influência sobre as autoridades governamentais e sobre as forças policiais, sendo isso suficiente para vetar as ações das tropas volantes contra os cangaceiros, estabelecendo, nesse contexto, relações de poder, uma vez que o Sertão, durante o período, continuava em estado de abandono pela administração estadual.

As relações vivenciadas entre as autoridades locais, os habitantes e os cangaceiros, durante o apogeu das campanhas “anti-banditismo”, muitas vezes, eram marcadas por uma espécie de “cooperação” em razão das represálias em caso de negarem os “favores” solicitados por Lampião. Nesse sentido, a sociedade também receava a polícia tanto quanto o cangaço, pois “muita gente sofreu nas mãos das ‘volantes’ [...]. Mas, apesar de tudo, Lampião era uma ameaça mais real e mais persistente do que as autoridades” (CHANDLER, 1980, p. 66).

As tropas volantes e os cangaceiros se assemelhavam também na questão das

(...) “façanhas e crueldades [...]. Levados pelo ódio, os componentes das volantes agiam com os simpatizantes dos cangaceiros da mesma forma pela qual estes haviam se comportado com seus inimigos. Em certas zonas do Sertão, quedavam os habitantes indefesos, premidos entre duas forças contrárias: os bandos de cangaceiros de um lado, os bandos das volantes de outros, cada qual buscando refinar suas perversidades a fim de alcançar a dominação local efetiva, através do terror (QUEIROZ, 1997, p. 36-7).

A população estava à mercê dessas duas facções, uma vez que a maioria não podia escapar das práticas das volantes e dos cangaceiros, e acabava por ter que se adaptar e manobrar essas duas frentes ou até mesmo declarar apoio a alguma, escolhendo um lado possibilitando de alguma forma sobreviver ao cenário de disputas sociais, econômicas e políticas.

Dessa forma, os coiteiros ou os suspeitos de fornecerem ajuda aos bandos de cangaceiros eram os mais acossados pelas mãos das forças públicas, uma vez que toda e qualquer informação era um direcionamento para o combate ao banditismo, assim como as contendas vivenciadas pelas volantes e pelos cangaceiros. Esses conflitos possibilitavam que a polícia pudesse identificar a localização dos cangaceiros, os coiteiros nas redondezas, criando novos embates e novas estratégias de combate contra os bandidos.

Portanto, as alianças estabelecidas pelos cangaceiros eram fundamentais para que eles tivessem êxito nos objetivos, como também eram auxílio quando eram feridos em confrontos com a polícia e precisavam de cuidados. A exemplo disso, há um registro do Major Theophanes Ferraz Torres³⁴ acerca de um tiroteio entre as tropas volantes e os cangaceiros, nas proximidades da Serra do Umã, informando sobre os bandoleiros seguindo em direção à Serra “conduzindo 5 bandidos feridos”³⁵, buscando ajuda dos habitantes naquele território em face do ocorrido. Assim, a partir desse Boletim Diário da Polícia Militar de Pernambuco, observamos a existência de uma aliança entre os cangaceiros, os indígenas e os quilombolas na Serra do Umã, o que será discutido com maior profundidade no próximo capítulo.

³⁴ Theophanes Ferraz Torres foi um oficial da Polícia Militar de Pernambuco que nasceu na cidade de Floresta, o mesmo teve uma longa carreira nos ofícios policiais, sendo considerado um maiores perseguidores dos grupos de cangaceiros no Estado de Pernambuco.

³⁵ Boletim Diário de nº 252, 19 de nov. de 1926, p. 5, Caixa S/N. Arquivo do 2º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco (ALBUQUERQUE, 2016, p. 71).

CAPÍTULO TRÊS: A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS ENTRE INDÍGENAS E CANGACEIROS NO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Durante quase duas décadas, Lampião enfrentou as forças volantes dos estados do Nordeste. Conseguindo mostrar, nesse período, uma habilidade em “tirar proveito do meio geográfico, social e cultural em que vivia” (SOUSA, 1994, p. 15), utilizando as ferramentas econômicas e socioculturais em favor de sua sobrevivência e de seu bando. Foi em meio a um povo desprotegido das autoridades locais e pelo Estado que Lampião conseguiu alcançar pontos de apoio e de abrigo, como também constituiu, dentro desses espaços, uma ampla “rede de informações, de coiteiros, de amigos e simpatizantes” (SOUSA, 1994, pp. 15). Dessa forma, os cangaceiros constituíram teias de interações, com os povos indígenas, com a população em geral e com os demais grupos sociais na região.

É bem provável que Lampião considerasse seu relacionamento com o povo do sertão bastante satisfatório. Essa relação certamente contribuiu, em grande parte, para sua sobrevivência como bandido durante tantos anos (CHANDLER, 1980, p. 229).

A rede de apoio fornecida pelos coiteiros era de suma importância para os cangaceiros, sendo possível não somente descansar, como também prover a alimentação do bando, obter dinheiro, munições e informações sobre as tropas volantes. Para a polícia existia duas classes de coiteiros dos cangaceiros, sendo que a primeira era composta por “grandes fazendeiros, negociantes e chefes políticos abastados e alguns oficiais da polícia” (VIEIRA, 2012, p. 36), e a segunda formada por pessoas menos abastadas, por vaqueiros, pequenos fazendeiros, por pessoas que não eram influentes no sistema político e econômico na região (VIEIRA, 2012, p. 26; CHANDLER, 1980, p. 220).

Nessa perspectiva, para Lampião, as pessoas que o apoiavam eram a afirmação da sua ampla teia de trocas, benefícios e relações. O “rei dos cangaceiros” afirmou em uma entrevista ao Jornal O Ceará que contava “por toda parte com bons amigos, que me facilitam tudo e me consideram

eficazmente quando me acho muito perseguido pelos governos” (*O Ceará*, 17 de março de 1926 IN DUTRA, 2011, p. 88). Deste modo, Lampião tentava construir e estabelecer as relações com a sociedade e com os demais grupos sociais, ainda mais quando as campanhas contra o cangaço alcançaram uma maior proporção nos estados nordestinos durante o século XX. Durante essas campanhas, entendiam que “um indivíduo podia passar a ser conhecido como coiteiro apenas por ter dado uma caneca de água a um cangaceiro” (AMAURY; FERREIRA, 1997, p. 18).

Dessarte, durante a década de 1920 foi notável o crescimento do banditismo rural e do cangaceirismo na região Semiárida nordestina, ampliando as diversas redes de relações entre os habitantes daquele espaço. A partir disso, pôde-se observar o surgimento das interações entre o povo indígena Atikum e os cangaceiros do período lampiônico, ou seja, os indígenas da Serra do Umã, como coiteiros voluntários dos bandoleiros do grupo do “rei do cangaço”, forneceram abrigo, alimentação e proteção para eles. Dessa forma, os indígenas e parte da sociedade já haviam absorvido a figura de Lampião de tal maneira que passaram a construir laços de proximidade.

3.1 Nos recortes de jornais: os embates entre as forças volantes e os cangaceiros na Serra do Umã

Com o crescimento do banditismo rural, houve um aumento nas campanhas de combate durante a década de 1920. Em 1927, ano marcado por diversas investidas das tropas volantes contra o cangaço, foi publicada no Jornal *A Província*, uma matéria, baseada em um *Boletim Diário*, onde o Major Theophanes Ferraz Torres emitiu um comunicado a respeito de um tiroteio entre as forças volantes do Tenente Arlindo Rocha e os cangaceiros do bando de Lampião nas imediações da Serra do Umã, o qual resultou na morte de dois bandoleiros, Hortencio e Manoel Valle, ou “Craúna” e “Lavadeira” respectivamente³⁶, tanto este *Boletim Diário* do Major Theophanes Torres de

³⁶ A campanha contra os bandoleiros. Jornal **A Província**. Pernambuco, 2 de set. de 1927. nº 203. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&pesq=%22serra%20uman

1927 como o já supracitado de 19 de novembro de 1926 evidenciaram a proximidade do grupo de Lampião com o território dos indígenas Atikum: a Serra do Umã.

Os assíduos contatos entre indígenas e cangaceiros se deu também por condições objetivas, como as perseguições das tropas volantes. Devido ao coito fornecido pela comunidade indígena Atikum, o espaço na Serra do Umã foi palco de diversos conflitos em face das campanhas das tropas volantes nos combates ao cangaceirismo, principalmente ao bando de Lampião. Com a posse de Estácio Coimbra como Governador do Estado de Pernambuco e com o comando do Chefe de Polícia, Eurico de Souza Leão, algumas diretrizes foram estabelecidas, como por exemplo a “Lei do Diabo”, tendo por objetivo “dar cabo de Lampião” de qualquer maneira (FILHO, 2003, p. 205).

Após a promulgação da Lei, as campanhas “anti-cangaço” se intensificaram ainda mais, conseqüentemente, para enfraquecer o “rei do cangaço”, sendo necessário minar o apoio recebidos pelos cangaceiros por parte da sociedade. Dessa forma, houve uma ampla repressão aos coiteiros, fossem esses voluntários ou não, por parte do Estado e, principalmente, da polícia (CHANDLER, 1980, p. 219-220).

Apesar da euforia do governo pelos resultados propiciados pela execução da “Lei do Diabo”, alguns problemas ficaram evidentes. Em primeiro lugar, esta lei foi baseada na pura ilegalidade jurídica, apesar de referendada, apoiada e executada pelo Estado. Em consequência dessa ilegalidade, os transtornos sofridos pela população civil foram enormes e sem possibilidade de reparação. O fuzilamento sumário e o sepultamento clandestino nas caatingas do sertão, reais ou de supostos coiteiros que recusaram-se a trair Lampião e o recrutamento compulsório de outros sertanejos nas tropas volantes, os quais tornavam-se assim, automaticamente, inimigos de Lampião, tudo isso, enfim, foi realizado sob o signo da ilegalidade e hipocrisia (SOUSA, 1994, p. 108).

Evidenciando, assim, as múltiplas formas de violências implantadas pelas forças volantes contra o banditismo no Sertão pernambucano.

Havia, naturalmente, muitos que ajudavam Lampião de boa vontade, ou porque gostavam dele, ou porque ele pagava bem ou pelas duas razões. Este era o grupo de quem ele mais dependia (CHANDLER, 1980, p. 226).

A frequência das interações vivenciadas por Lampião e os Atikum, observada através dos jornais da época, dos *Boletins Diários* da Polícia Militar de Pernambuco e da bibliografia, nos possibilita a evidenciar o estabelecimento dos indígenas como coiteiros dos cangaceiros em razão do mesmo contexto sociocultural que esses dois grupos estavam inseridos, pois Lampião e o seu bando muitas vezes se refugiaram na Serra do Umã contando com o apoio dos indígenas, os chamados “caboclos da Serra” e dos demais habitantes.

A presença de Lampião na Serra dificultava ainda mais o acesso ao local, uma vez que os cangaceiros e os habitantes daquela região se juntavam e criavam emboscadas contra as investidas das tropas volantes (FILHO, 2003, p. 219). Em setembro de 1926, o Tenente Lemos reportou ao Chefe de Polícia um combate na Serra do Umã no qual 5 volantes ficaram feridos nessa emboscada ao passo que nenhum cangaceiro foi ferido. Na maior parte das vezes, os cangaceiros definiam o local do combate (ALBUQUERQUE, 2016), expondo que “a polícia vivia sob a constante ameaça de um inimigo invisível, presente em todas as partes, mas sem pertencer a lugar nenhum” (MARQUES, 1999, p. 138).

Nesse contexto, após o confronto em de novembro de 1926, os cangaceiros rumaram em direção à Serra do Umã em consequência de cinco bandoleiros feridos, em busca de abrigo e de um local que pudesse abrigar os feridos e onde conseguisse permanecer distante das forças policiais. Nesse sentido, faz-se necessário destacar a definição acerca das relações entre os coiteiros e os cangaceiros:

Eram os coiteiros que formavam uma fina malha de informações sobre os paradeiros de seus pretensos algozes. Também

desempenhavam o papel de fornecedores de mantimentos, munição e dinheiro. Eram eles, os elos de ligação entre o comércio formal e o grupo de cangaceiros, adquirindo provisões para longas temporadas e munição necessária para os combates e assaltos, escorregando-se pelos caminhos estreitos da caatinga em direção às cidades ou às fazendas, para os esconderijos previamente combinados (MONTEIRO, 2004, p. 70).

Dessa forma, foi em meio a um sistema político sem projetos seguros e de garantias para grande parcela da população que habitava o Sertão que essas relações se tornaram importantes, não somente para os cangaceiros como também não somente para os indígenas, visto que elas eram construídas por uma via de mão dupla. Uma das características das constituições do coito era a relação de troca. Os indivíduos envolvidos na relação de coito precisavam de favores, como também forneciam favores (CHANDLER, 1980).

3.2 O bandoleiro “Serra Uman”: os contatos entre os cangaceiros e os indígenas Atikum

Nessa perspectiva, a construção das relações entre os indígenas Atikum e os cangaceiros ocorreram também por meio das invasões dos criadores de gado no pé da Serra do Umã. Os povos indígenas enfrentaram esse problema desde os seus primeiros momentos de estabelecimento na Serra, e essas invasões continuaram durante o período lampiônico. Na década de 1920 era bastante comum que os cangaceiros abatessem os gados de fazendas na região, ainda mais quando os donos invadiam ou criavam problemas com os seus coiteiros, amigos e aliados (ALBUQUERQUE, 2016, p. 144). Os ataques às fazendas eram frequentes, principalmente quando Lampião não tinha os pedidos acolhidos por aqueles a quem pedia ajuda, como também por motivo de vingança.

Quando após a chacina de Favella em Floresta, Lampeão fingindo-se subir para atravessar neste Município [Belém de Cabrobó], voltou na direção do norte passando em Conceição

e indo abater gados no Olho D'água no pé da Serra do Uman, Município de Floresta³⁷.

Pesquisando no Jornal *A Província*, durante a década de 1920, foi observado uma maior interação entre esses dois grupos, uma vez que os cangaceiros estavam abatendo os gados criados no pé da Serra, invadindo o território indígena. Assim, inferimos que as relações entre os Atikum e os cangaceiros também foram sendo construídas através dessas características.

Com a construção dos laços de proximidade e posteriormente com o estabelecimento dessas interações, os indígenas Atikum e os cangaceiros se relacionaram como aliados no sistema em que estavam inseridos. O caso do cangaceiro Domingos dos Anjos Oliveira³⁸, com codinome Serra Uman ou Mão Foveira quando fazia parte do bando de Lampião, possibilita compreender a construção e das dinâmicas das relações entre indígenas e cangaceiros.

O cangaceiro Serra Uman, assim como o pai, Raymundo dos Anjos, e o irmão, Rufino dos Anjos, eram “caboclos da Serra”, como eram chamados os indígenas habitantes na Serra do Umã nesse período, antes dos processos de mobilização dos Atikum em 1940. Domingos dos Anjos Oliveira iniciou suas atividades no cangaço em 1924, aproximadamente, após um conflito com a família dos “Marcolinos”, depois de um dos membros daquela família ter seduzido a sua irmã. Os “Marcolinos” eram moradores na Fazenda “Molumgu”, localizada embaixo da Serra do Umã. Um membro da citada família,

(...) recusando-se o seductor casar, Domingos como todo sertanejo cheio de rancorosos preconceitos compreendeu que José Marcolino, o autor da infelicidade de sua irmã, não devia mais viver, e assassinou o numa volta do caminho da propriedade “Molumgu”, refugiando-se em um dos muitos

³⁷ Pela Política. Jornal **A Província**. Pernambuco, 2 de jun. de 1928. nº 128. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&Pesq=Serra%20Uman&pagfis=20988. Acesso em: 27 de out. de 2021.

³⁸ São encontradas nos jornais menções ao cangaceiro Domingos dos Anjos Oliveira das seguintes formas: Serra Uman, Mão Foveira, Serra do Mar e Serra do Man, esse último possivelmente um equívoco de digitação por parte dos editores.

esconderijos da serra. Passou-se algum tempo [...] quando “Serra Uman” se apresenta candidato às hostes de “Lampeão”³⁹.

O bandoleiro foi preso pouco tempo depois de entrar no bando de Lampeão, pois adoeceu dois meses depois de ingressar no cangaço e foi capturado em uma das operações das tropas volantes que estava sob comando do Major Theophanes Torres e do Tenente Arlindo Rocha⁴⁰. Também foram presos o pai, o irmão e João Sipaúba⁴¹. De acordo com o Jornal *A Província*, o cangaceiro

Serra Uman é um dos mais ferozes comparsas do terrível chefe de cangaceiros, tendo tomado parte ultimamente no assalto a Mossoró onde os bandidos foram rechaçados. Segundo declarações feitas pelo bandoleiro, o grupo [...] encontra-se em situação precária⁴².

Esse tipo de definição sobre Domingos dos Anjos é encontrado em diversos periódicos. Os relatos acerca da postura adotada pelo cangaceiro na casa de Detenção do Recife informavam que o Serra Uman era um homem calado e que fazia as suas funções⁴³.

³⁹ Gente Criminosa. **Pequeno Jornal: Jornal Pequeno**, Recife, 8 de jan. de 1929. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=%22serra%20uman%22%20%22canga%C3%A7o%22&pagfis=44875>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

⁴⁰ Os bandidos de “Lampeão” estão transformados em verdadeiros veados. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1927. nº 192. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pesq=%22Serra%20Uman%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=23253. Acesso em: 2 de nov. de 2021.

⁴¹ As menções a esse cangaceiro estão em documentos com outras formas de escrita, como por exemplo Livino Sipahuba ou João Cipauba.

⁴² A perseguição ao banditismo. **A Província**. Pernambuco, 22 de julho de 1927. nº 167. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=128066_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=18858. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

⁴³ Ver em: Gente Criminosa. **Pequeno Jornal: Jornal Pequeno**, Recife, 8 de jan. de 1929. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=%22serra%20uman%22%20%22canga%C3%A7o%22&pagfis=44875>>. Acesso em: 12 de maio de 2021. E em: Interessantes declarações de um companheiro do capitão legalista Virgolino Lampeão. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 14 de fev. de 1929. nº 181. Disponível em:

Entretanto, foi dentro desse contexto de conflitos familiares, algo frequente na região sertaneja, que o cangaceiro Serra Uman começou a participar dos assaltos realizados pelo bando de Lampião. Ainda assim, apesar da rápida passagem, o citado cangaceiro ampliou os laços que estavam sendo construídos e estabelecidos entre os cangaceiros e os indígenas Atikum, o que acabou por elevar aquela população a ser considerada um dos maiores coitos de cangaceiros de Pernambuco (GUEIROS, 1956), por parte da sociedade e para as tropas volantes.

3.3 Confrontos na Serra do Umã, perseguições aos cangaceiros e o declínio do cangaço de Lampião

Na década de 1920, as perseguições aos indígenas na Serra do Umã foram intensificadas ainda mais, não somente pela polícia, como também por parte da sociedade local que não compactuava com o cangaço, principalmente os fazendeiros que viviam ao pé da serra. Em 1925 constam os primeiros relatos acerca das fugas dos cangaceiros para aquela região. Levando em consideração que Lampião se tornou chefe em 1922 e que o cangaceiro Serra Uman ingressou no bando em 1924, é possível observar que mesmo que o “rei do cangaço” fosse conhecedor daquele território, era preciso um certo tipo laço de proximidade para que ele conseguisse a simpatia e o apoio dos povos indígenas na Serra.

O confronto entre as tropas volantes e os cangaceiros em 1925 ocorreu em setembro, mas somente foi noticiado no *Boletim Geral* da Polícia Militar de Pernambuco, dias depois. Neste, o capitão José Caetano relatou que o

Tenente Alípio no dia 19 cercou lugar São Gonçalo deste município [Floresta] a casa de Antonio Precipicio encontrando um bandido do grupo de Lampeão que repeliu a Força a tiros havendo forte tiroteio resultando a morte mesmo bandido que chamava-se Antonio Alves Silva consta haver sahindo 3

soldados feridos a Força seguiu em perseguição grupo que tomou direção Serra Uman (FILHO, 2003, p. 450).

A partir desse *Boletim*, percebemos que as relações entre os indígenas e cangaceiros já vinha sendo construída, uma vez que últimos se deslocaram para a Serra do Umã em busca de abrigo, para se recuperarem diante de um próximo ataque e para as suas jornadas.

Além de outros confrontos supracitados, nos quais a Serra do Umã foi o palco, no início de abril de 1927, houve uma contenda entre os cangaceiros e as forças volantes na Serra do Umã, quando dois bandoleiros faleceram, dando visibilidade ao combate ao banditismo divulgado pelo Chefe de Polícia do Estado:

Esses dois cangaceiros, ao atravessarem, em companhia de outros, a Serra dos Umans, nas proximidades do município de Floresta, foram perseguidos pelas nossas forças, travando-se demorado tiroteio. Ante da violência do ataque que lhes infligiu a polícia, os cangaceiros debandaram deixando mortos no campo da luta dois temíveis elementos (FILHO, 2003, p. 192).

Pouco tempo depois, em meados de abril de 1927, o Diário de Pernambuco reportou um outro combate na referida Serra, no qual os cangaceiros estavam se ocultando e buscando proteção contra as ações das volantes,

Communico a V. excia. que o bravo cabo Manoel Neto, acaba de chegar a esta cidade de regresso de um diligencia efectuada no logar Serra Uman, onde tiroteiou por trez vezes com bandidos dispersos que ali se ocultavam (FILHO, 2003, p. 193).

Nessa perspectiva, podemos observar uma solidez nas relações entre os Atikum e os cangaceiros do bando de Lampião, pelos inúmeros embates ocorridos naquele território. Os bandoleiros ainda tinham certa segurança ao se abrigarem em algum dos muitos esconderijos na Serra do Umã e contarem com a apoio dos Atikum

Mesmo que o foco da pesquisa se atenha ao bando de Lampião, observamos outros cangaceiros de outros grupos aproveitando-se das relações e começaram a prestar serviços nas empreitadas (FILHO, 2003, p. 193-194). A polícia, por sua vez, começou a adentrar cada vez mais na Serra do Umã, buscando alternativas para que as emboscadas elaboradas pelos cangaceiros e indígenas não fossem o flagelo das tropas, pois era um espaço onde vários oficiais das volantes já haviam sido feridos ou mortos.

A região durante boa parte do período lampiônico foi um verdadeiro abatedouro de policiais. Na Serra d'Uman, durante muito tempo, tropas experientes encontraram o seu flagelo e, só após muitos anos de refrega, o local deixou de ser um ponto de apoio seguro para os cangaceiros (ALBUQUERQUE, 2016, p. 71).

Para que a Serra do Umã deixasse de ser um coito para os cangaceiros, foram necessárias múltiplas intervenções naquele espaço. Após o ferimento do Major Theophanes Torres, somente algum tempo depois o Sargento Manoel Neto iniciou as investidas contra aquela região.

Para realizar o assalto a serra, Manoel Neto deixou anoitecer. Tomou chegada, deixando a força na entrada da serra. No silêncio da noite, com 9 soldados, subiu a referida serra batendo nas portas e chamando pelos donos das casas, dizendo que era gente amiga. Abriam as portas. Ali mesmo, davam voz de prisão, pegando-os e amarrando-os (FILHO, 2003, p. 219).

Com essa ação da tropa comandada por Manoel Neto, diversas pessoas foram presas e acusadas de forma generalista. Para a força volante pouco importava se aquele indivíduo tinha ajudado Lampião ou não, fosse de forma voluntária ou forçada. Cada morador na Serra do Umã era considerado um coiteiro em potencial. Para o Estado e a força pública, a ação foi positiva, visto que

O resultado é que, quando amanheceu o dia, estava todo mundo nas cordas e a famosa Serra quase limpa, sem cangaceiros e o

Sargento Manoel Neto de parabéns por ter quebrado o tabu de uma fortaleza de tanta bravura (FILHO, 2003, p. 219).

Após essas múltiplas contendas entre as forças volantes e os cangaceiros e o amplo combate ao banditismo rural, os coitos nos quais os bandoleiros estavam acostumados a se abrigar, não estavam mais tão seguros como antes. Dessa forma, eram precisas novas estratégias de resistência e táticas de sobrevivência em meio a uma região fomentada pela dicotomia entre a simpatia e o medo.

Com as ações para minar os coitos dos cangaceiros, as tropas volantes, de certa forma, começaram a se aproximar cada vez mais das direções do bando de Lampião. Em 1926, o cangaço estava no apogeu, mas logo depois do ataque à cidade de Mossoró, em 1927, os bandoleiros ficaram dispersos, sendo considerada uma das maiores derrotas do cangaceiro (ALBUQUERQUE, 2016, p. 150). Nesse período, o “rei do cangaço” passava mais tempo em surdina do que realizando ataques, buscando recuperar o seu bando e as suas atividades, visto que havia tornado o cangaço em um meio de vida.

Somente no início da década de 1930 foi que Lampião conseguiu reestabelecer parte de sua força, mas, ao mesmo tempo, teve um outro “inimigo”: o progresso tecnológico e junto com ele as construções de estradas, o surgimento de novas armas de fogo, as estações de rádios, entre outros. Assim, “sempre mais e mais progresso irá empurrar o bandido para fora do sertão de economia ativa, isolando-o nos grotões” (MELLO, 1985, p. 298). Foi nesse contexto que Lampião passou a se alojar cada vez mais em áreas remotas.

O progresso tecnológico foi o responsável pelo declínio do cangaço:

Afinal de contas, estradas, telégrafo, melhores condições de comunicação e crescimento das vilas trariam, com certeza, mais soldados e proteção às pequenas povoações do interior. O seu tempo, como notava, passaria quando o sertão estivesse em melhores condições. No início da década de 1930, o caminhão passaria a ser mais usado como meio de transporte das tropas, constituindo uma poderosa vantagem para os inimigos do bandoleiro (ASSUNÇÃO, 2007, p. 19).

Assim, com o avanço tecnológico no ambiente sertanejo, o grupo de Lampião quase não conseguia mais praticar os saques e grandes ações, tornando-se cada vez mais sedentários e se acomodando por mais tempos em seus esconderijos (ALBUQUERQUE, 2016, p. 157).

Portanto, foi dentro dessas circunstâncias de perseguições, de múltiplos embates e dos avanços tecnológicos que, em 1938, Lampião e parte do seu bando foram emboscados e mortos, às margens do São Francisco, na Grotta de Angicos, em Sergipe. Em um embate de menos de 15 minutos, a volante alagoana comandada por um tenente “que não era exemplo nem de coração nem de honestidade, e, na verdade, era um daqueles oficiais da política suspeitos de traficar com os cangaceiros” exterminou o “rei do cangaço” e todos os integrantes do grupo que estavam escondidos na Grotta de Angicos (CHANDLER, 1980, p. 285).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas nos sertões nordestinos vivenciaram múltiplas situações históricas, políticas, sociais e econômicas, as quais produziram transformações nas relações que esses povos estabeleceram com os seus territórios e com outros grupos sociais que habitando aquela região. Esses povos vivenciaram *processos de territorialização*, por ações de órgãos indigenistas, por invasões de suas terras pelos criadores de gado, pelo desenvolvimento latifundiário, mas, para além disso, também criaram diversas formas de resistência. Essas situações possibilitaram a criação laços de proximidade com outros grupos sociais como os cangaceiros, por exemplo.

O cangaço foi um fenômeno social que perdurou por várias décadas no Semiárido nordestino. Para que isso fosse possível, os cangaceiros precisaram adotar medidas estratégicas que garantissem a subsistência dos grupos de bandoleiros. Assim, as múltiplas interações vivenciadas por eles foram de suma importância para a sua permanência. Nesse contexto, buscamos evidenciar o estabelecimento das relações entre o povo indígena Atikum e os cangaceiros do bando de Lampião na Serra do Umã.

Dentro dos aspectos apresentados e analisados, consideramos que o objetivo do estudo foi buscar compreender as relações entre os indígenas e os cangaceiros no Sertão de Pernambuco por meio de um estudo social acerca desses dois grupos, analisando as interações destes com o ambiente, as construções dessas conexões, o contexto sociocultural e também econômico. Buscou-se compreender os indígenas na região, seus processos e o fenômeno social do cangaço, tentando responder às lacunas sobre as relações entre os indígenas e os cangaceiros.

Nessa perspectiva, precisamos levar em consideração o espaço sertanejo como um todo, ou seja, um ambiente rico em interações socioculturais, compreendendo que as relações entre os indígenas e os cangaceiros foram estabelecidas de forma intensa e a partir de interesses. A exemplo disso, tem-se um momento em que os Atikum fizeram e ensinaram os cangaceiros a

fazerem a jurema⁴⁴, e que estes “a bebiam em situações que envolviam violência e bebedeiras alcóolicas” (GRÜNEWALD, 2005b, p. 118). Dessa forma, observamos a dialética de vivência entre esses dois grupos por meio do coito fornecido pelos Atikum aos cangaceiros na Serra do Umã.

A pesquisa teve como propósito ampliar o conhecimento sobre novas concepções e o arcabouço teórico a respeito dos estudos socioculturais das populações indígenas e do cangaço. Para tanto, buscamos evidenciar os laços de proximidade, as motivações e a construção das relações entre esses dois grupos por meio da perspectiva da História Social e Cultural, apresentando aspectos que permitem evidenciar as relações socioculturais, principalmente as vivenciadas pelos povos indígenas e pelos cangaceiros, bem como destes com o espaço no Semiárido.

Apesar de existirem outros povos indígenas na região, interagindo entre si e com parte da sociedade, a documentação pesquisada e analisada sobre a temática das relações entre indígenas e cangaceiros, em sua maioria, fazem menção aos Atikum, sem dar evidência às interações dos bandoleiros de Lampião com outros povos indígenas. Assim, devido a essas lacunas documentais acerca da construção de relações com outros povos, será necessária uma pesquisa de maior amplitude, que aborde os sertões do Nordeste como um todo.

É importante ressaltar que estudar as relações dos cangaceiros com povos indígenas no Semiárido nordestino, como, por exemplo, os que habitavam às margens do Pajeú e do Motoxó, assim como os que vivenciaram os espaços dos sertões baiano, cearense e paraibano, é um caminho para entender algumas informações equivocadas que foram apresentadas por determinadas correntes historiográficas.

Por isso, no estudo realizado, buscamos apresentar documentos acerca dos indígenas Atikum, sobre fenômeno do cangaço no período lampiônico e das relações vivenciada por estes. Utilizamos os periódicos da época, que nos

⁴⁴ A designação jurema está associada a plantas, a bebidas e até mesmo a expressões religiosas específicas. A utilização originária da jurema é atribuída aos povos indígenas no Nordeste brasileiro. (GRUNEWALD, 2018).

evidenciaram o cotidiano e as concepções que a sociedade possuía sobre os dois grupos sociais, através de uma perspectiva de análise de Michel de Certeau, como compreender as questões cotidianas e os entendimentos da sociedade. Além disso, realizamos uma revisão bibliográfica e uma discussão entre a Antropologia e a História para melhor elucidação das situações e dos conteúdos apresentados. Dessa forma, acreditamos que a pesquisa apontou as múltiplas articulações vivenciadas entre os indígenas Atikum e cangaceiros, como estas foram construídas e como se estabeleceram.

FONTES

A campanha contra os bandoleiros. Jornal **A Província**. Pernambuco, 2 de set. de 1927. nº 203. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&pesq=%22serra%20uman%22%20%22serra%20do%20uman%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=19146. Acesso em: 3 de nov. de 2021.

A perseguição ao banditismo. **A Província**. Pernambuco, 22 de julho de 1927. nº 167. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=128066_02&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=18858. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

Gente Criminosa. **Pequeno Jornal: Jornal Pequeno**, Recife, 8 de jan. de 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=%22serra%20uman%22%20%22canga%C3%A7o%22&pagfis=44875>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

Governo da Província. **A União**: Virtus unita crescit (PE). Pernambuco, 30 de jun. De 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222658&pesq=Serra%20Uman&hf=memoria.bn.br&pagfis=436>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

Interessantes declarações de um companheiro do capitão legalista Virgolino Lampeão. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, 14 de fev. de 1929. nº 181. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_01&hf=memoria.bn.br&pagfis=2080. Acesso em: 4 de nov. de 2021.

Os bandidos de “Lampeão” estão transformados em verdadeiros veados. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1927. nº 192. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_05&pesq=%22Serra%20Uman%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=23253. Acesso em: 2 de nov. de 2021.

Pela Política. Jornal **A Província**. Pernambuco, 2 de jun. de 1928. nº 128. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128066_02&Pesq=Serra%20Uman&pagfis=20988. Acesso em: 27 de out. de 2021.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A.N. Nordeste sertanejo: a região semiárida mais povoada do mundo. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 13, n. 36, 1999, pp. 7-59.

ALBUQUERQUE, André Carneiro de. **Capitães do fim do mundo: as tropas volantes pernambucanas (1922-1938)**. Rio de Janeiro: Autografia: Recife – PE: EDUPE, 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. IN: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.15,1995, p. 57-94.

ASSUNÇÃO, Moacir. **Os homens que mataram o facínora**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BARTH, Frederick. Etnicidade e o conceito de cultura. **Antropolítica**, Niterói, n. 19, p.15-30, 2. sem. 2005.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e nazarenos guerreando no sertão**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

BARROSO, Gustavo. **Heroes e Bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião: o rei dos cangaceiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CONDE, Daniel Ribeiro et al. Escambo. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. vol. 3, n.1, jan./abr. 2014, pp. 123-140.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais Pernambucanos**. 1701-1739. Recife: Arquivo Público Estadual, 1987. vol, 5.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

DUTRA, Wesley Rodrigues. **Nas trilhas do “Rei do Cangaço” e de suas representações (1922-1927)**. João Pessoa: [s.n.], 2011.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERRAZ, Tatiana Valença. **A formação da sociedade no Sertão pernambucano: trajetória de núcleos familiares**. Dissertação (Mestrado em História), Recife, UFPE. 2004.

FERREIRA, Vera; AMAURY, Antônio. **O espinho de quipá**. Lampião, A História. São Paulo: Oficina Cultural Monica Buonfiglio, 1997.

FILHO, Geraldo Ferra de Sá Torres. **Pernambuco no tempo do cangaço (Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Virgulino Ferreira “Lampião): Theophanes Ferraz Torres: um bravo militar: 1926-1933**. Recife: Bagaço, 2003.

FRESCAROLLO, Fr. Vital de. [1802]. Informações sobre os índios bárbaros dos certões de Pernambuco. In: **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 103-119, 1883.

GUEIROS, Optato. **Lampeão**. 4ª ed. São Paulo, 1956

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Nas Trilhas da Jurema**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 38(1): 110-135, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rs/v38n1/0100-8587-rs-38-1-00110.pdf>>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Toré e Jurema: emblemas indígenas no Nordeste do Brasil**. Cienc. Cult. vol.60 no.4. São Paulo, 2008. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252008000400018. Acesso em: 02 de out. de 2021.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. As múltiplas incertezas do Toré. In: _____ (org.). **Toré: regime encantado do índio no Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 2005b.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnogênese e 'regime de índio' na Serra do Umã. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. – 2. ed. – Contra Capa Livraria/LACED, 2004. p. 139-174.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. **Revista Antropológicas**, ano 7, vol. 14 (1 e 2): 47-71, 2003.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. A construção da Imagem dos Bravios e a Memória Atikum. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, v. 98. p. 97-107, 2002.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. **Regime de índios e faccionismo: os Atikum da Serra do Umã**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1993. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. – 4ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2010.

JASMIN, Élise. **Lampião senhor do Sertão: vidas e mortes de um cangaceiro**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo uma política de compromissos**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros**. 2ª ed. Salvador: Ed. Progresso, 1960.

MARQUES, Ana Cláudia. **Política e questão de família**. Scielo. São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000200005. Acesso em: 15 de out. de 2021.

MARQUES, Ana Cláudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILELLA, Jorge Luis Mattar. **Andarilhos e Cangaceiros: a arte de produzir território em movimento**. Itajaí: Univali, 1999.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros:** povos indígenas do sertão nordestino no período colonial. Recife: UFPE, 2000. (Tese Doutorado em História).

MELLO, Frederico Pernambucano de. Aspectos do Banditismo Rural Nordestino. IN: **Ci. & Tróp.**, Recife, 1974, jan./jun., pp. 67-111.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol:** o banditismo no Nordeste do Brasil. – Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Que foi a guerra total de Canudos.** Recife: Ed. Stahl, 1997.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Apagando o Lampião:** vida e morte do rei do cangaço. – 1. ed. – São Paulo: Global, 2018.

MENDONÇA CL et al. (Org.) 2012. **Nossa Serra, nossa terra:** Identidade e Território Tradicional Atikum e Pankará. Serra Umã e Arapuá. Conselho de Professores Indígenas Atikum e Organização da Educação Escolar Pankará – COPIPE [cited 2013 Dec 20]. Available from: http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/Nossa%20Serra%20Nossa%20Terra/nossa_serra_comclu.pdf/.

MENEZES, Gilberto Serafim de. **Representações do cangaceiro Lampião e do cangaço no livro *Lampião e Volta Seca em Itabaiana*, de Robério Santos.** Sergipe, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso de Letras. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12488/2/Gilberto_Serafim_Menezes.pdf. Acesso: 01 de nov. de 2021.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto. (org.). **A outra margem do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 237-249.

MOTA, Clarice Novaes da. **Os filhos de Jurema na Floresta dos Espíritos:** ritual e cura entre dois grupos indígenas no Nordeste Brasileiro. Maceió: EDUFAL, 2007.

MONTEIRO, Roberto Pedrosa. **O outro lado do cangaço:** as forças volantes em Pernambuco: 1922-1938. Recife: Ed. do Autor, 2004.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando. **Fanáticos e cangaceiros.** Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____. (org.). **A viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. – 2. ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 13-138.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

NARBER, Gregg. **Entre a cruz e a espada: violência e o misticismo no Brasil Rural.** – 1ª ed. – São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2003.

NONATO, Raimundo. **Jesuíno Brillhante: o cangaceiro romântico (1844-1879).** Editora Pongetti, Universidade da Califórnia, 1970. Disponível versão online em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/wpcontent/uploads/2018/07/Jesu%C3%ADno-Brilhante.pdf>. Acesso em: 14 de out. de 2021.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, Rui. “Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo”. IN: **Revista Internacional de Estudos Africanos.** n. 4 e 5, jan./dez., 1986.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da Legislação Indigenista do Período Colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneira da (org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras: FAPESP/SMC-PMSP, 2. ed., 2006, p. 115-132.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesc, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.** São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1976.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do cangaço.** 5ª ed. São Paulo: Global Editora, 1997.

SANTOS JÚNIOR, Carlos Fernando dos. **Os índios nos Vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845).** Recife: UFPE, 2015. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Edson. “Os caboclos” que são Índios: história e resistência indígena no Nordeste. IN: **Portal do São Francisco – Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco/CESVASF.** Belém de São Francisco, ano III, n. 3, 2004, p. 127-137.

SILVA, Edson. Índios no Semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades. IN: **Revista de Pesquisa Histórica** (CLIO), Recife. n. 25, jan./jun., 2017, pp. 254-272.

SINGLEMANN, Peter. "Political Structure and Social Banditry in Northeast Brazil". IN: **Journal of Latin American Studies**, vol. 7, n. 1, 1975, pp. 59-83.

SOUTO MAIOR, Mário. **Antônio Silvino: capitão de trabuco**. 2ª ed. Recife: Bagaço, 2001. Disponível em: https://villadigital.fundaj.gov.br/images/biblioteca/msm/r_antonio_silvino.pdf. Acesso em: 10 de out. de 2021.

SOUSA, Jovenildo Pinheiro de. **Sertão Sangrento: luta e resistência**. Recife, 1994. Dissertação (Mestrado em História). Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12638209/capitulo-quatro-pelourinho/3>. Acesso em: 04 de nov. de 2021.

SOUZA, Amaury de. "The cangaço and the Politics of Violence in Northeast Brazil". IN: **Protest and Resistance in Angola and Brazil**. Editado por Ronald Chilcote, Berkeley, Califórnia, 1972, pp. 109-131.

VIEIRA, Erivan Felix. **Coronealismo e cangaço no imaginário social**. Sirinhaém, Pernambuco: Ed. do Autor, 2012.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.